

# Barómetro da Política Europeia



#02  
Barómetros da Fundação

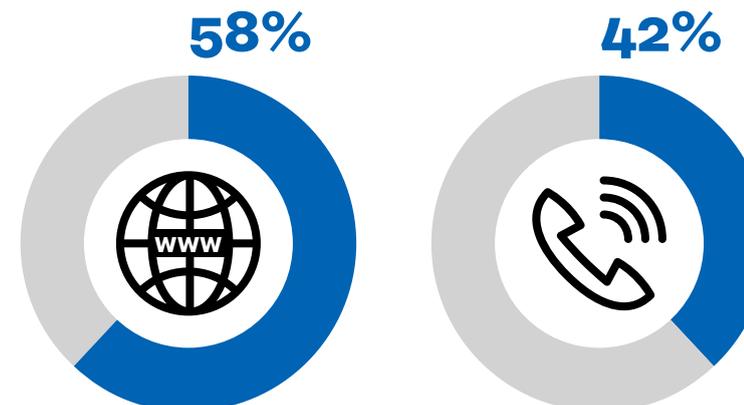
# Ficha Técnica

Este relatório baseia-se num estudo realizado pela DOMP, S.A. para a Fundação Francisco Manuel dos Santos, no início de 2024. O universo do estudo é composto pelos residentes em Portugal continental, com 18 ou mais anos de idade, falantes de língua portuguesa, com telefone da rede fixa ou acesso à internet.

Foram realizadas 1107 entrevistas, correspondendo a um erro máximo amostral de 3% (para um nível de confiança de 95%). O trabalho de campo decorreu entre os dias 3 de janeiro e 1 de fevereiro de 2024.

As entrevistas realizadas via telefone (42%) apoiaram-se num questionário estruturado de perguntas abertas e fechadas, inserido num programa informático (C.A.T.I.) gestor das entrevistas. Foram também realizadas inquirições *online* (58%), a partir de uma plataforma de inquéritos específica para o efeito. A taxa geral de resposta foi de 61,4%.

A seleção dos números de telefone foi feita aleatoriamente a partir das bases de dados existentes, e a seleção dos inquiridos foi realizada através de quotas de sexo, grupo etário (três grupos: 18-34 anos, 35-54 anos, 55 e mais anos) e região (NUTS II Portugal continental).



# Introdução

A 9 de maio de 1950, Robert Schuman, então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, propôs o plano fundador do que viria a ser a União Europeia (UE). Este plano visava criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), integrando seis Estados fundadores: a República Federal da Alemanha, França, Itália e os países do Benelux — Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. O tratado que instituiu a CECA foi ratificado em 1952. Para além do evidente intento económico, este tratado visou garantir a paz e evitar o retorno da guerra a uma Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial (Cini e Borragá, 2022; cap. 1; Lelieveldt e Princen, 2023: cap. 1). Desde então, a progressiva unificação nos âmbitos económico, social e político, bem como o aprofundamento do funcionamento das instituições europeias transformaram-nas num sistema político complexo, que gradualmente assumiu funções e poderes anteriormente sob o domínio nacional (Hix e Høyland, 2022). A UE desempenha hoje um papel determinante em diversas esferas de atuação dos Estados-membros, da economia ao ambiente e à política externa (Hix e Høyland, 2022). Também a vida quotidiana dos seus cidadãos é profundamente pautada pelo que se decide a nível europeu.

A UE integra atualmente 27 Estados-membros e quase 450 milhões de habitantes. Três das suas principais instituições são o Parlamento Europeu (PE), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE).



### **Parlamento Europeu**

É o principal órgão legislativo da UE. É constituído pelos eurodeputados eleitos por cada um dos Estados-membros, em número proporcional à população do país (num total de 720). É a única instituição supranacional cujos membros são eleitos por sufrágio universal.



### **Comissão Europeia**

É um órgão executivo da UE, mas não o único com poderes executivos. Exerce funções de tipo governamental, propondo legislação e implementando as políticas europeias, embora não possa ser equiparada a um Governo nacional.



### **Banco Central Europeu**

Desenvolve as suas atividades em estreita articulação com os bancos dos países da zona euro, visando, entre outros objetivos, regular a política monetária nacional.

**Este Barómetro tem como propósito central traçar um panorama sumário sobre a relação da sociedade portuguesa com a UE.**

Para mais detalhe sobre as instituições europeias, ver, por exemplo, Lelieveldt e Princen 2021; Cini e Borrágá, 2022.

Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE, que antecede a atual UE) em 1986, ano em que também aderiu Espanha. Quase quatro décadas passadas sobre a adesão, o que sabemos e sentimos em relação à UE? Como avaliamos o seu desempenho? Como nos posicionamos em relação a temas-chave, como o processo de integração ou as políticas europeias? O que pensamos sobre as relações de poder no seio da Europa? Que responsabilidades atribuímos às instituições europeias? Como sentimos que esta Europa responde aos nossos anseios? E que importância atribuímos ao respeito pelos princípios democráticos dentro da família europeia?

Com o intuito de responder a estas questões, este Barómetro divide-se em nove secções. Na primeira, analisa-se o que a sociedade portuguesa sabe sobre a UE com base num conjunto de questões factuais, mas também na autoperceção dos inquiridos sobre o seu conhecimento. Na segunda secção, averigua-se o quanto estes se sentem ouvidos e representados pelas instâncias europeias. Na terceira, apresenta-se a avaliação que os cidadãos fazem dos quase 40 anos de pertença à comunidade europeia, assim como da adoção do euro. Na quarta secção, avalia-se ainda a UE, desta vez em termos da imagem global que os inquiridos têm sobre a mesma, da confiança que depositam nas suas instituições e da satisfação em relação à resposta europeia a um conjunto de desafios atuais. Na quinta secção, apresenta-se a posição dos inquiridos em relação a um conjunto de temas subjacentes à integração europeia. Na sexta, expõem-se as perceções sobre o poder efetivo e desejável de vários atores políticos na UE. Na sétima secção, avalia-se a responsabilidade que os inquiridos julgam dever ser alocada à Europa pelos principais problemas do país. Na oitava secção, explora-se a posição dos cidadãos no que respeita à necessidade de os Estados-membros cumprirem os princípios democráticos. Por fim, elenca-se as principais mensagens deste relatório.

# O que sabem sobre a UE?

Com o intuito de aferir o conhecimento da sociedade portuguesa sobre a UE, foi pedido aos inquiridos do Barómetro que indicassem o nome da presidente da Comissão Europeia e de um eurodeputado português (atual ou ex-), e que assinalassem, de entre um conjunto de três afirmações sobre a UE, as verdadeiras e as falsas. Os resultados na figura 1 mostram que o conhecimento dos inquiridos sobre a UE é razoável, variando em função do assunto.

Quase oito em cada dez inquiridos (79,3%) dizem acertadamente que a Suíça não é um Estado-membro e que a UE tem atualmente 27 membros (76,7%). Surpreendentemente, o maior desconhecimento manifesta-se em relação à data de adesão de Portugal à então CEE. Cerca de um terço dos inquiridos (30%) admitem que a adesão tenha ocorrido em 1996, quando esta se deu dez anos antes, em 1986. Apenas cerca de metade reconhecem que 1996 não foi o ano da adesão de Portugal à CEE (55,6%). Além disso, menos de metade (47,5%) indicam corretamente o nome de um eurodeputado português e identificam o nome da presidente da Comissão Europeia (44,4%). Note-se que, maioritariamente, os inquiridos afirmam que não sabem responder a estas duas questões ou não lhes respondem.

As primeiras duas questões já tinham sido colocadas, em 2016, à população de um conjunto de 33 países europeus (Eurobarómetro 85.2). Portugal apresentava então uma percentagem inferior de respostas certas à questão sobre a Suíça ser ou não um Estado-membro (74,1%), assim como à questão sobre o número de Estados-membros da UE (71,2%). Ainda assim, ocupava em ambos os casos a 12.<sup>a</sup> posição

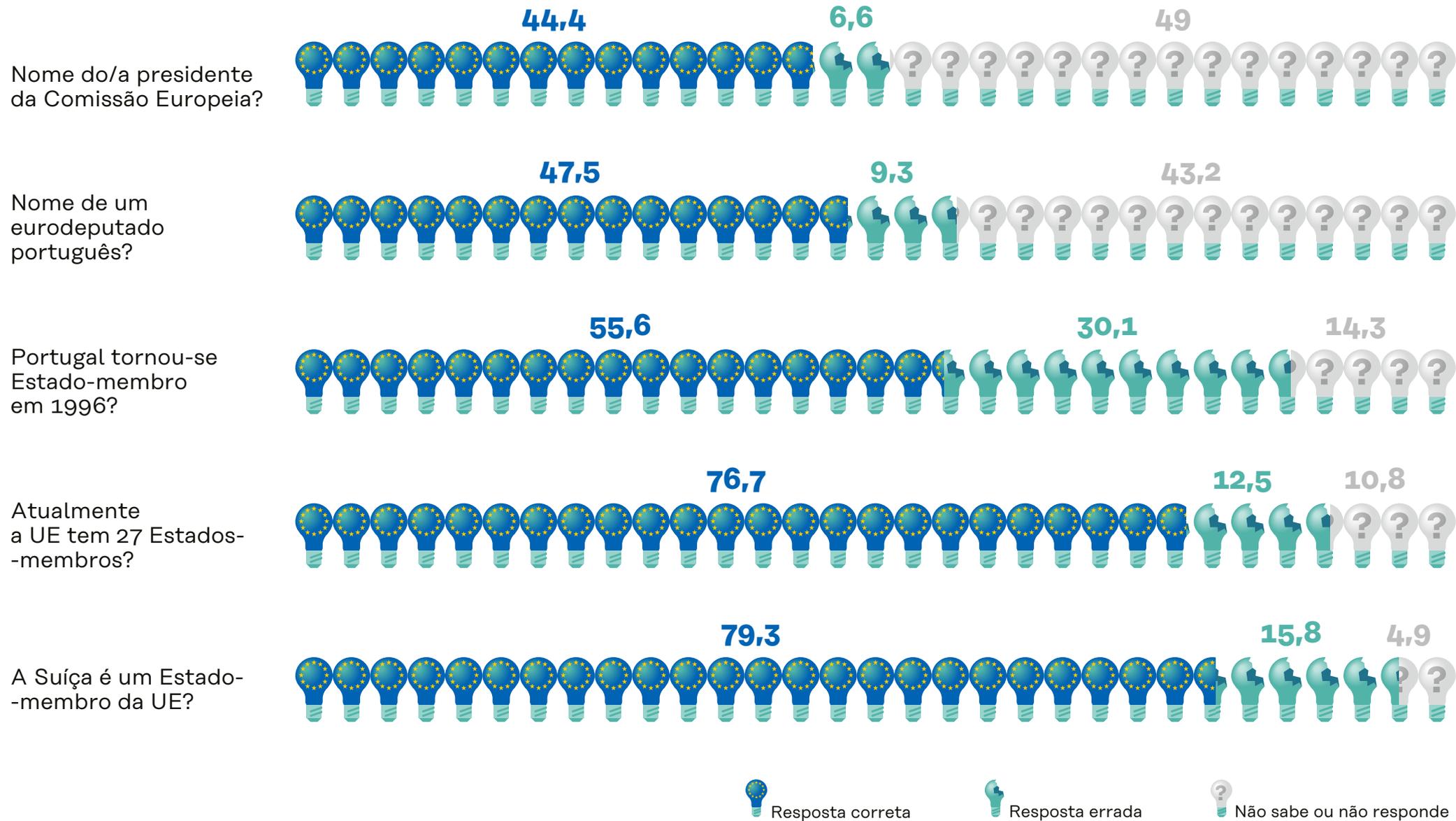
em termos de maior conhecimento dos eleitores em relação a estes dois factos, bem acima da média dos países inquiridos (66,4% e 68,6%, respetivamente). Este dado corrobora a prevalência de um nível razoável de conhecimento sobre a UE em Portugal, mesmo quando comparado com os demais países europeus.

**Quase oito em cada dez inquiridos (79,3%) dizem acertadamente que a Suíça não é um Estado-membro e que a UE tem atualmente 27 membros (76,7%).**

1

**Figura 1.**

**Nível de conhecimento sobre a UE (%)**

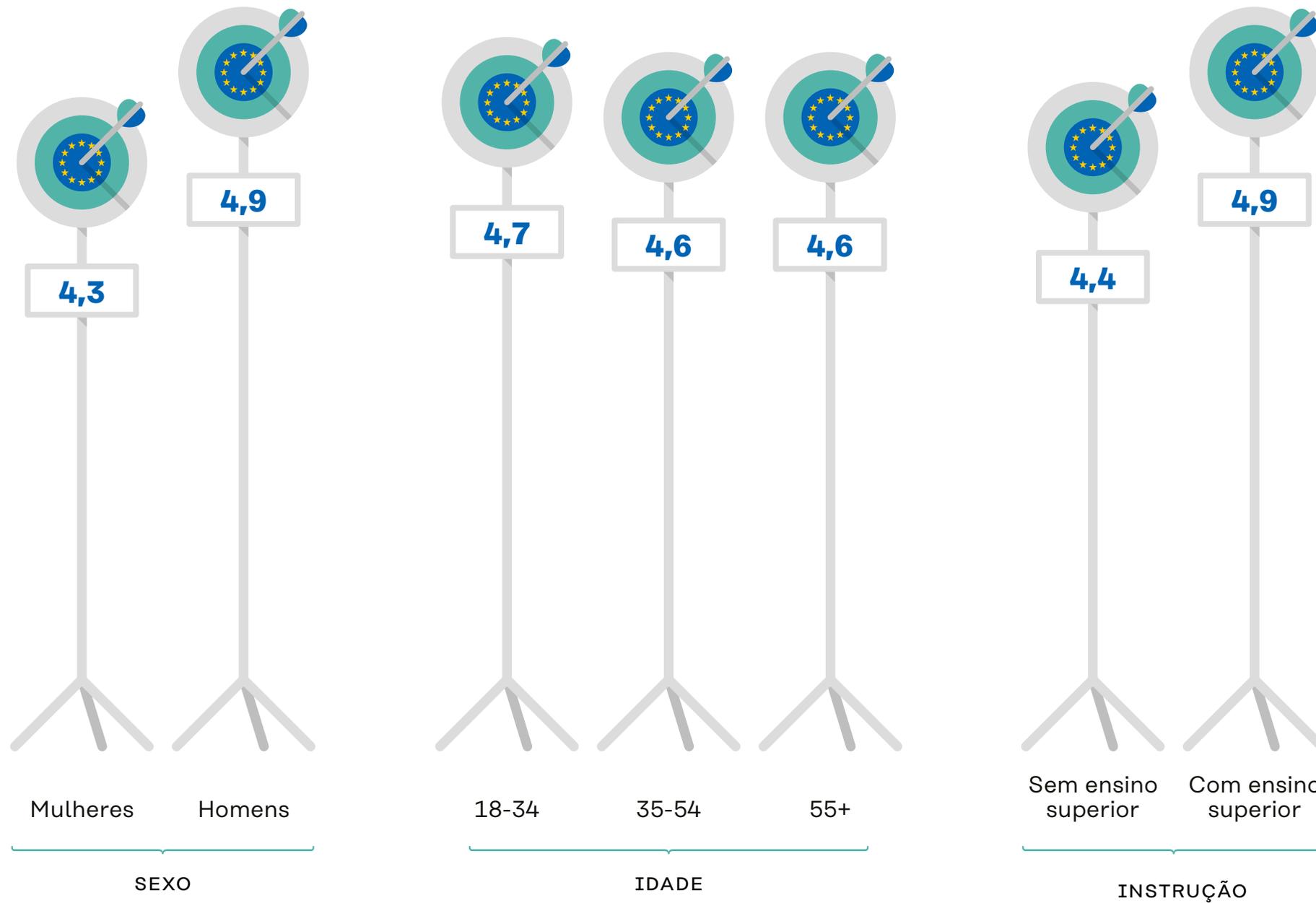


No que respeita às características de quem responde corretamente às questões contempladas na figura 1, comparativamente às mulheres, os homens apresentam uma percentagem um pouco superior de respostas corretas sobre a UE, assim como os inquiridos que pertencem ao escalão etário com 55 ou mais anos (exceto no que respeita à data de adesão de Portugal, em que não se notam diferenças entre os diferentes grupos etários). Sem surpresa, é entre os menos escolarizados que se observa maior desconhecimento em relação à UE. Por exemplo, apenas 55,6% dos inquiridos com o 6.º ano de escolaridade ou menos sabem que a UE é atualmente constituída por 27 membros, por contraponto a 80% dos que têm formação superior.

Ainda com o intuito de aferir o nível de conhecimento em Portugal relativamente à UE, perguntou-se quanto os inquiridos pensam que sabem sobre o trabalho feito pelo Parlamento Europeu (figura 2). De um modo geral os inquiridos admitem não ter muito conhecimento sobre a atividade do Parlamento Europeu (em média, situam-se nos 4,6, numa escala que oscila entre 0 = «pensa não ter nenhum conhecimento» e 10 = «pensa ter muito conhecimento»). Corroborando o que antes concluimos em relação ao conjunto de questões factuais sobre a UE, os homens, os inquiridos com mais idade e os mais escolarizados tendem a autopercecionar-se como mais conhecedores sobre o que o PE faz.

**Figura 2.**

**Nível de conhecimento autopercencionado sobre trabalho feito pelo Parlamento Europeu (média, numa escala em que: 0 = «Pensa que não sabe nada», e 10 = «Pensa que sabe muito»)**

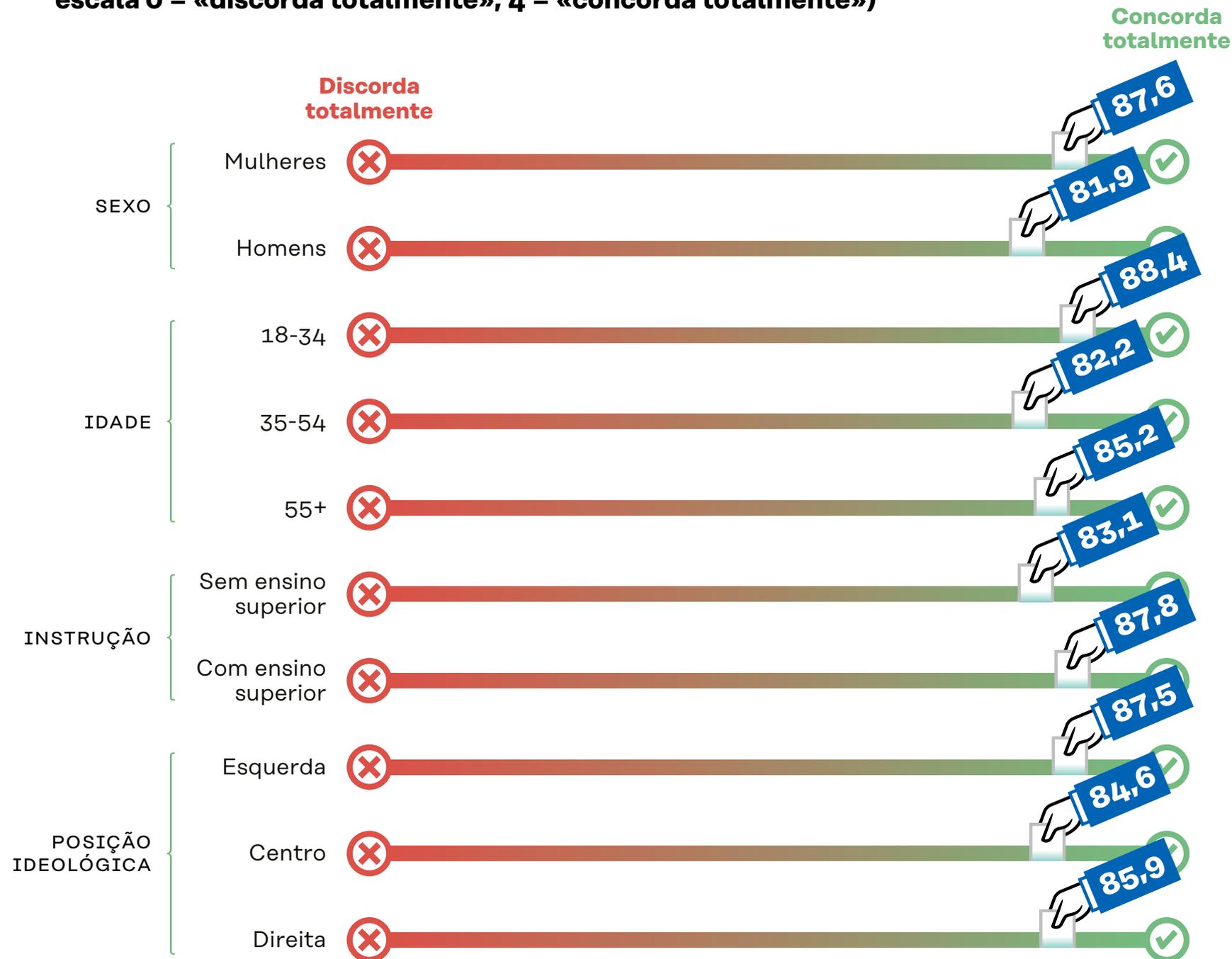


# Em que medida sentem que a UE os ouve?

Para averiguar se a sociedade portuguesa sente que a UE responde às suas demandas, foi perguntado em que medida os inquiridos concordam com a afirmação: «Votar nas eleições europeias dá a pessoas como eu uma palavra que conta na forma como se governa a União Europeia.» De um modo geral, a maioria revela níveis de concordância relativamente elevados. Mais de quatro em cada cinco inquiridos concordam que votar nas eleições europeias lhes dá uma palavra a dizer sobre a forma como a UE é governada. Analisando os diferentes subgrupos socioeconómicos na figura 3, verificamos que as mulheres tendem a sentir-se mais ouvidas pela UE do que os homens, os jovens (entre os 18 e os 24 anos) mais do que as gerações mais velhas e os inquiridos com ensino superior mais do que os que não o têm. Não há indícios de que a ideologia política tenha um papel relevante.

**Figura 3.**

**Concordância com «Votar nas eleições europeias dá a pessoas como eu uma palavra que conta na forma como se governa na UE» (% de concordância, escala 0 = «discorda totalmente»; 4 = «concorda totalmente»)**



**Mais de quatro em cada cinco inquiridos concordam que votar nas eleições europeias lhes dá uma palavra a dizer sobre a forma como a UE é governada.**

2

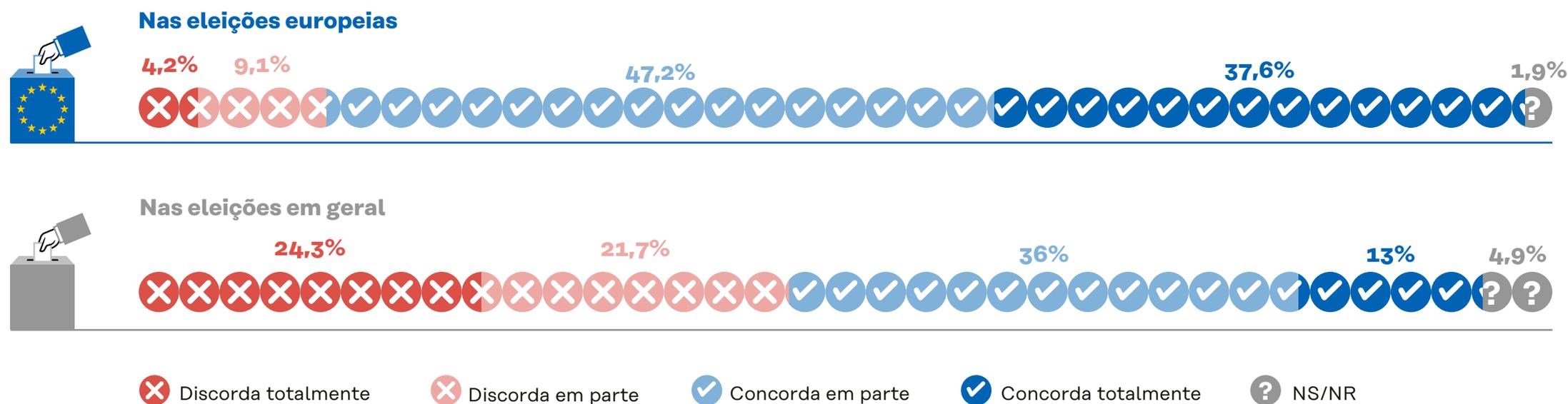
Na figura 4 comparam-se ainda os resultados desta questão com outra, em que se perguntou aos portugueses em que medida concordavam com a ideia de que o voto lhes dá, de modo geral, uma palavra sobre a forma como se governa (com base em dados das Sondagens ICS/ISCTE de 2021). Curiosamente, os inquiridos revelam níveis mais elevados de concordância com o facto de terem voz na UE graças, especificamente, às eleições europeias do que com o facto de terem voz através do voto em geral.

**Figura 4.**  
**Impacto do voto nas eleições europeias e em geral**  
**(comparação com dados das sondagens ICS/ISCTE)**

Fonte: Sondagens ICS/ISCTE de 2021.

**Em que medida concorda com a seguinte afirmação?**

Votar dá a pessoas como eu uma palavra que conta na forma como se governa:

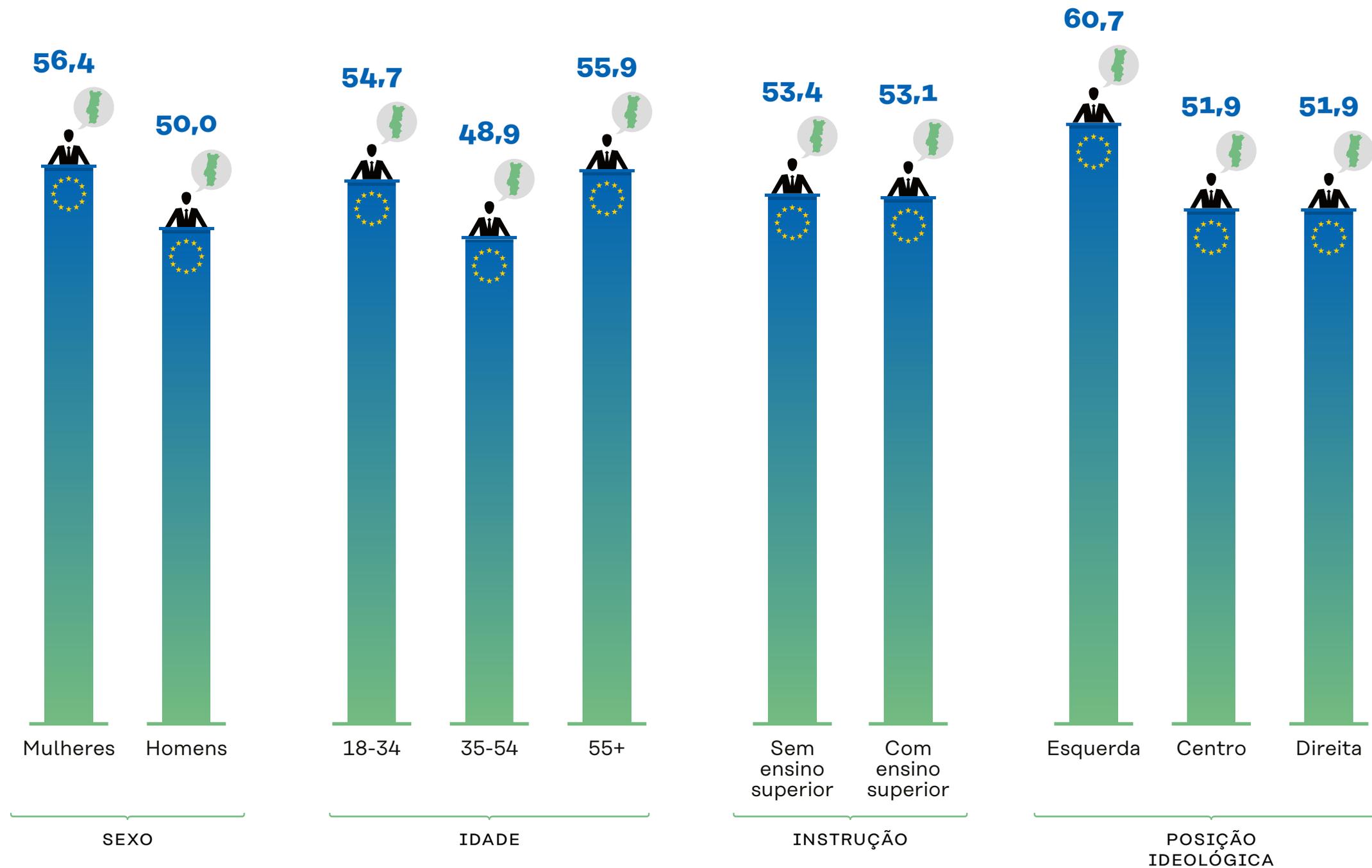


Ainda com o intuito de perceber em que medida a sociedade portuguesa sente que a UE a ouve, foi também perguntado aos inquiridos se consideram que os eurodeputados que elegem para o PE representam bem os interesses nacionais. A figura 5 mostra que a percentagem de concordância com esta ideia é menor do que na pergunta anterior — pouco mais de 50% afirmam que os eurodeputados representam bem ou muito bem os interesses nacionais. Mais uma vez, as mulheres estão mais convencidas de que os eurodeputados portugueses representam bem os interesses nacionais do que os homens. O mesmo sucede com os mais jovens (18-34) e os mais velhos (55+), por comparação com o grupo etário intermédio (35-54), assim como com os inquiridos com uma ideologia de esquerda, por comparação com os centristas ou de direita.

2

Figura 5.

Concordância com «Os eurodeputados que elegem para o Parlamento Europeu representam bem os interesses nacionais» (% que responde «bem» + «muito bem»)



A literatura científica tem sugerido que o crescimento do populismo está, em grande medida, relacionado com o descontentamento dos cidadãos relativamente aos mecanismos de representação política estabelecidos, propondo-se os partidos populistas colmatar uma lacuna na representação oferecida pelos partidos tradicionais (ver, p. ex., Mudde e Kaltwasser, 2012). Quisemos, por essa razão, averiguar se a tendência para os inquiridos afirmarem que a representação política não funciona bem na UE (ao sentirem que o seu voto não conta e que os eurodeputados não representam os interesses nacionais) se relaciona com a prevalência de atitudes populistas. Medimos as atitudes populistas pelo grau de concordância em relação aos seguintes seis itens (conforme Akkerman *et al.*, 2014): os políticos no Parlamento deviam seguir a vontade do povo; as pessoas, e não os políticos, é que deviam tomar as decisões políticas mais importantes; as diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores do que as diferenças entre os cidadãos comuns; prefiro ser representado por um cidadão do que por um político profissional; os políticos eleitos falam muito, mas fazem pouco; o que as pessoas chamam de fazer cedências na política é, na realidade, apenas vender os seus princípios. Com efeito, embora a relação não seja forte, uma maior expressão de atitudes populistas por parte dos inquiridos surge associada a um menor reconhecimento da importância do voto no contexto da UE e da representação dos interesses nacionais pelos eurodeputados.

# Que avaliação fazem da pertença de Portugal à UE?

Esta e as próximas secções focam-se na avaliação da sociedade portuguesa sobre a UE. Começamos por analisar a evolução do apoio à UE, bem como ao euro, utilizando dados do Eurobarómetro. Na figura 6, podemos constatar que o apoio à UE aumentou rapidamente após a adesão de Portugal, em 1986, tendo-se mantido relativamente elevado ao longo das décadas de 1990 e 2000. Vários aspetos explicam esta tendência.

Aquando da adesão portuguesa, a UE era vista como símbolo de modernização e de democracia, entendendo-se que ajudou o país a democratizar-se, a alcançar estabilidade, a desenvolver-se economicamente, e a modernizar as estruturas financeiras, comerciais e de produção (Royo, 2007). Na década de 1990, Jacques Delors (1990) reimaginou a CEE como «uma força catalisadora numa economia mundial cada vez mais competitiva», aumentando a importância política da integração europeia e da redistribuição dentro da CEE, com vista ao desenvolvimento das regiões mais periféricas. À medida que Portugal via aumentar os fundos a serem investidos em projetos de infraestruturas, consolidava-se o apoio popular à adesão à UE.

Contudo, desde a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1993, a integração europeia tornou-se cada vez mais politizada e passou de uma questão politicamente não controversa para uma questão controversa (Vasilopoulou, 2023: 307). O Tratado de Maastricht representa um ponto de viragem na opinião pública em relação à UE. O chamado «*blues* pós-Maastricht» descreve a perceção de que a integração também implica austeridade orçamental no período de transição e o receio de que a prometida harmonização económica não se concretize sem consequências nacionais nefastas (Eichenberg e Dalton, 2007). Este facto pode explicar a queda do apoio em meados da década de 1990.

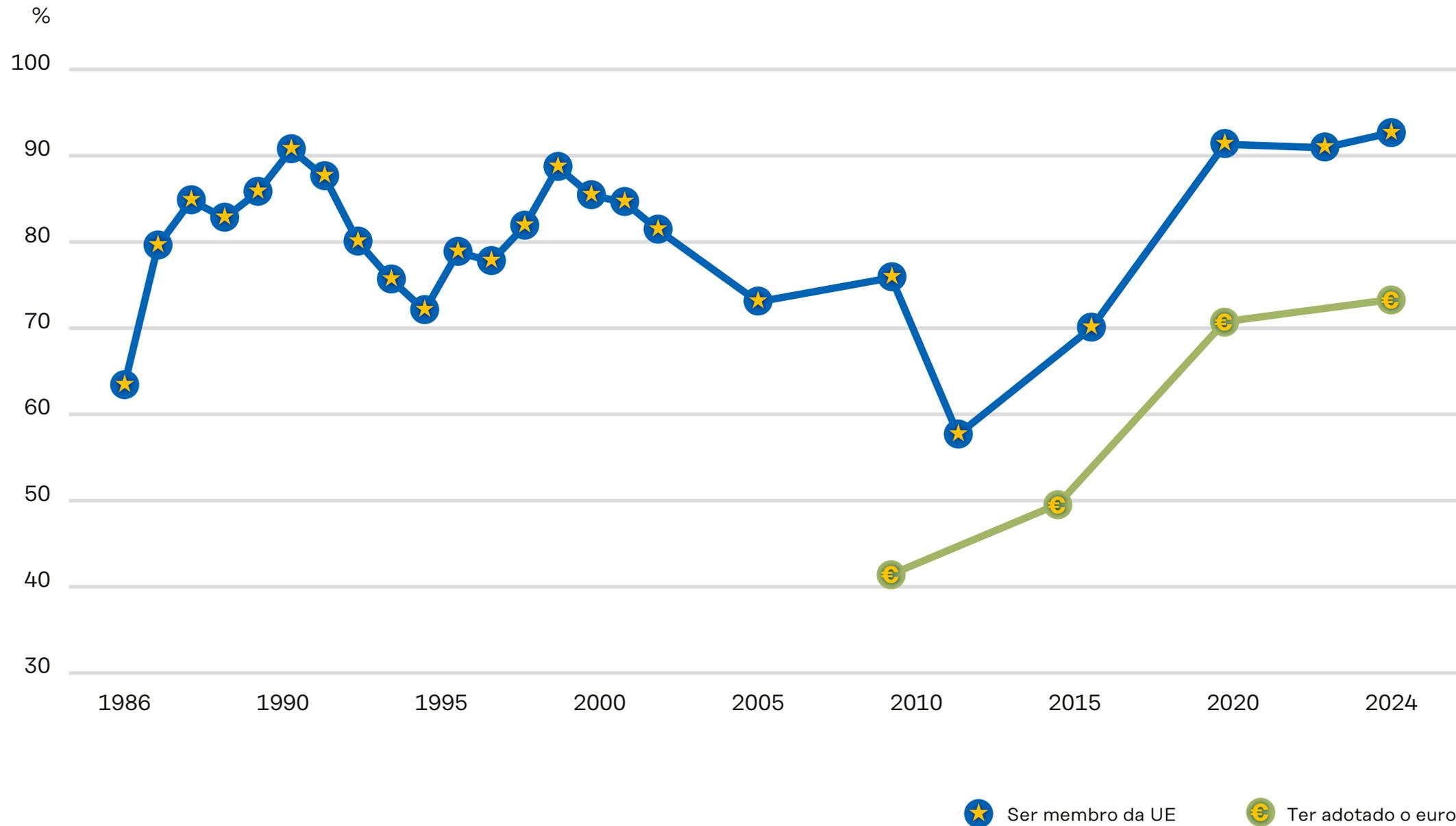
A introdução do euro em 2002 tornou claro o destino partilhado na zona euro. Nos anos que se lhe seguiram, o declínio na atribuição de fundos europeus a Portugal, assim como, em 2010, a crise da zona euro levaram à progressiva erosão do apoio dos portugueses à UE. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu tentaram conter a crise reforçando os seus próprios poderes de regulação sobre os Estados-membros (Bauer e Becker, 2014). Este facto teve o efeito imediato de trazer a UE para o centro do debate público e da contestação política (Hutter e Kriesi, 2019). A crise conduziu a um forte revés no apoio à UE em Portugal, que, contudo, foi posteriormente recuperado (Cordero e Montero, 2015; Lobo, 2023), como mostra a figura 6. A percentagem dos que dizem que Portugal beneficiou da adesão atingiu mesmo um máximo histórico em 2024, com mais de 90% dos inquiridos a partilharem este ponto de vista.

**Figura 6.**

**Concordância com «Portugal beneficiou de ser membro da União Europeia» e «Portugal beneficiou em ter adotado o euro como moeda» ao longo do tempo (%), comparação com dados do Eurobarómetro**

Fonte: Eurobarómetros, 1986-2024.

**A percentagem dos que dizem que Portugal beneficiou da adesão atingiu um máximo histórico em 2024.**



O apoio ao euro só foi medido pelo Eurobarómetro a partir de 2009, pelo que só a partir dessa data se integra esta informação na figura 6. Os dados mostram que o mesmo aumentou constantemente desde então. Em 2024, mais de 70% dos portugueses concordam que o país beneficiou com a adoção da moeda única.

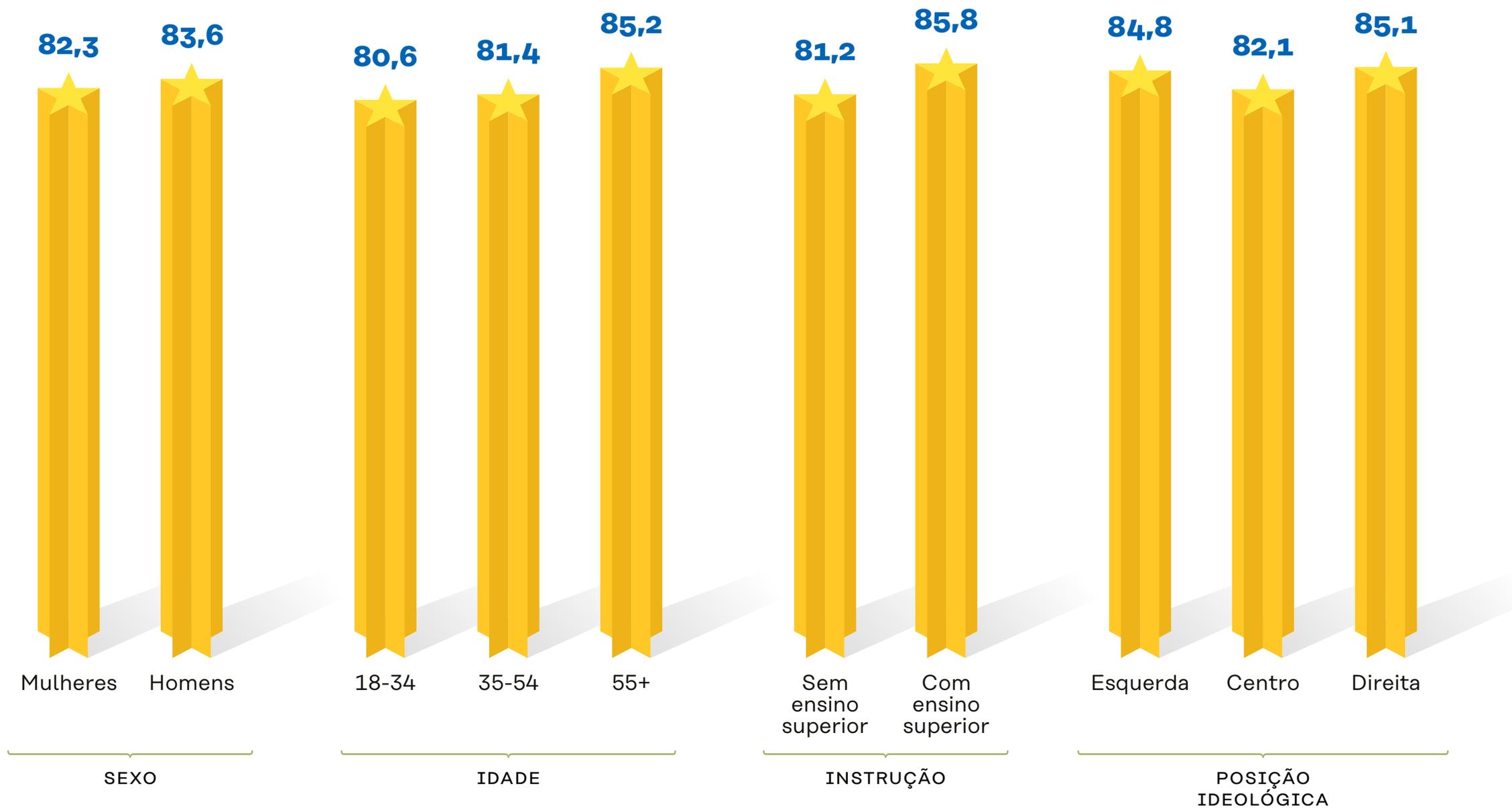
No que respeita especificamente à posição dos inquiridos em 2024, sobre se Portugal beneficiou do facto de ser membro da UE, numa escala em que 0 significa que «não beneficiou nada» e 10 que «beneficiou muito», a maioria considera que beneficiou. Este resultado está em linha com a literatura científica, que situa Portugal entre os principais beneficiários da política de coesão europeia (Hix e Høyland, 2022), sinalizando o reconhecimento desta condição por parte dos cidadãos. A figura 7 mostra que esta convicção é especialmente elevada entre a geração mais velha (55+).

**Figura 7.**

**Concordância com «Portugal beneficiou de ser membro da União Europeia»**

**(% que pensa que Portugal beneficiou, escala 0 = «Não beneficiou nada»;**

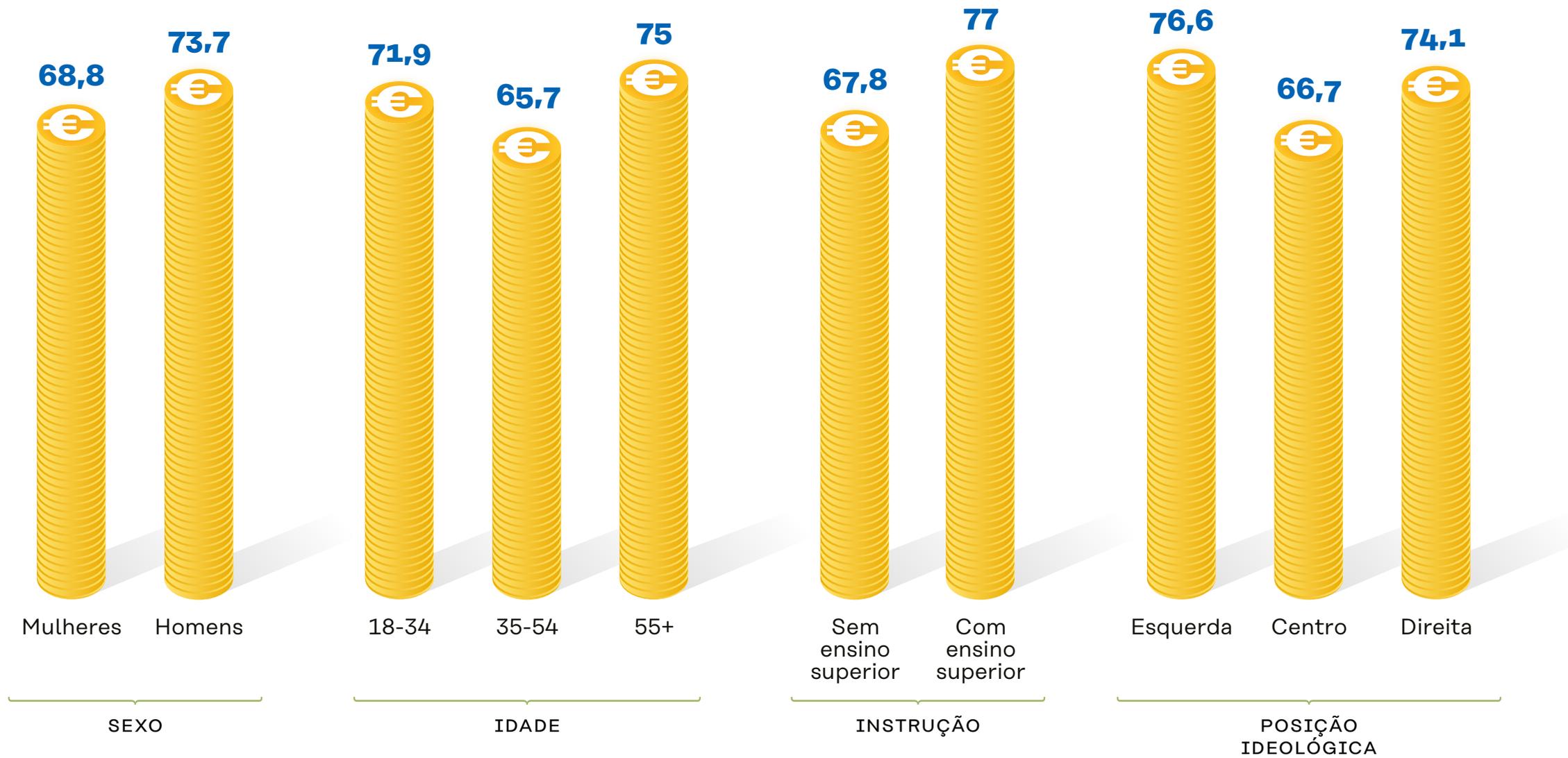
**10 = «Beneficiou muito»)**



Por comparação com a questão anterior, a percentagem de concordância com Portugal ter beneficiado em ter adotado o euro como moeda é ligeiramente inferior, como pode ser visto na figura 8. Comparando a concordância entre os diferentes grupos socioeconómicos e políticos, podemos também observar que os homens, assim como as gerações mais jovens (18-34 anos) e também as mais velhas (55+ anos), estão mais convencidos dos benefícios da moeda comum, tal como os inquiridos com um nível de escolaridade mais elevado. No que diz respeito à ideologia, tanto os inquiridos de direita como os de esquerda concordam mais com o benefício do euro para Portugal, por comparação com os centristas.

**Figura 8.**

**Concordância com «Portugal beneficiou em ter adotado o euro como moeda»**  
(% que pensa que Portugal beneficiou, escala 0 = «Não beneficiou nada»;  
10 = «Beneficiou muito»)



No que respeita às causas da desconfiança face à UE e às suas instituições a literatura científica tem consistentemente reconhecido, entre outras, o papel do populismo. Este tende a mostrar-se avesso à integração europeia, promovendo o euroceticismo (ver, p. ex., Kriesi *et al.*, 2006). Esta conclusão é reiterada pelos nossos dados, na medida em que encontramos uma relação entre a perceção de que Portugal não beneficiou da adesão à UE e ao euro, por um lado, e a prevalência de atitudes populistas entre os inquiridos, por outro: quanto maior a propensão para o populismo, menor a perceção de benefícios decorrentes da integração no projeto europeu.

Além disso, quem tem mais informação política (isto é, quem mais segue os acontecimentos políticos por jornais, rádio, televisão, redes sociais ou *podcasts*) tende mais a reconhecer que Portugal beneficiou da adesão à UE (embora não ao euro).

# Como avaliam a UE e as suas instituições?

De forma consistente com os resultados anteriores, de modo geral os inquiridos tendem a avaliar positivamente a imagem das instituições europeias (PE, CE e BCE). A figura 9 mostra a evolução desta avaliação no tempo, evidenciando a trajetória decrescente entre 2000 e os anos da crise económica — em 2013, apenas 22,6% dos inquiridos viam a UE de forma positiva. Porém, se excetuarmos o período da crise económica, em que a intervenção das instituições europeias foi amplamente criticada, em particular junto dos países do Sul da Europa (Teperoglou e Belchior, 2020), a sociedade portuguesa tende a ter uma imagem mais positiva da UE do que a Europa no seu todo (a percentagem total de respostas favoráveis à UE neste período é, respetivamente, de 52,3% e 42,3%).

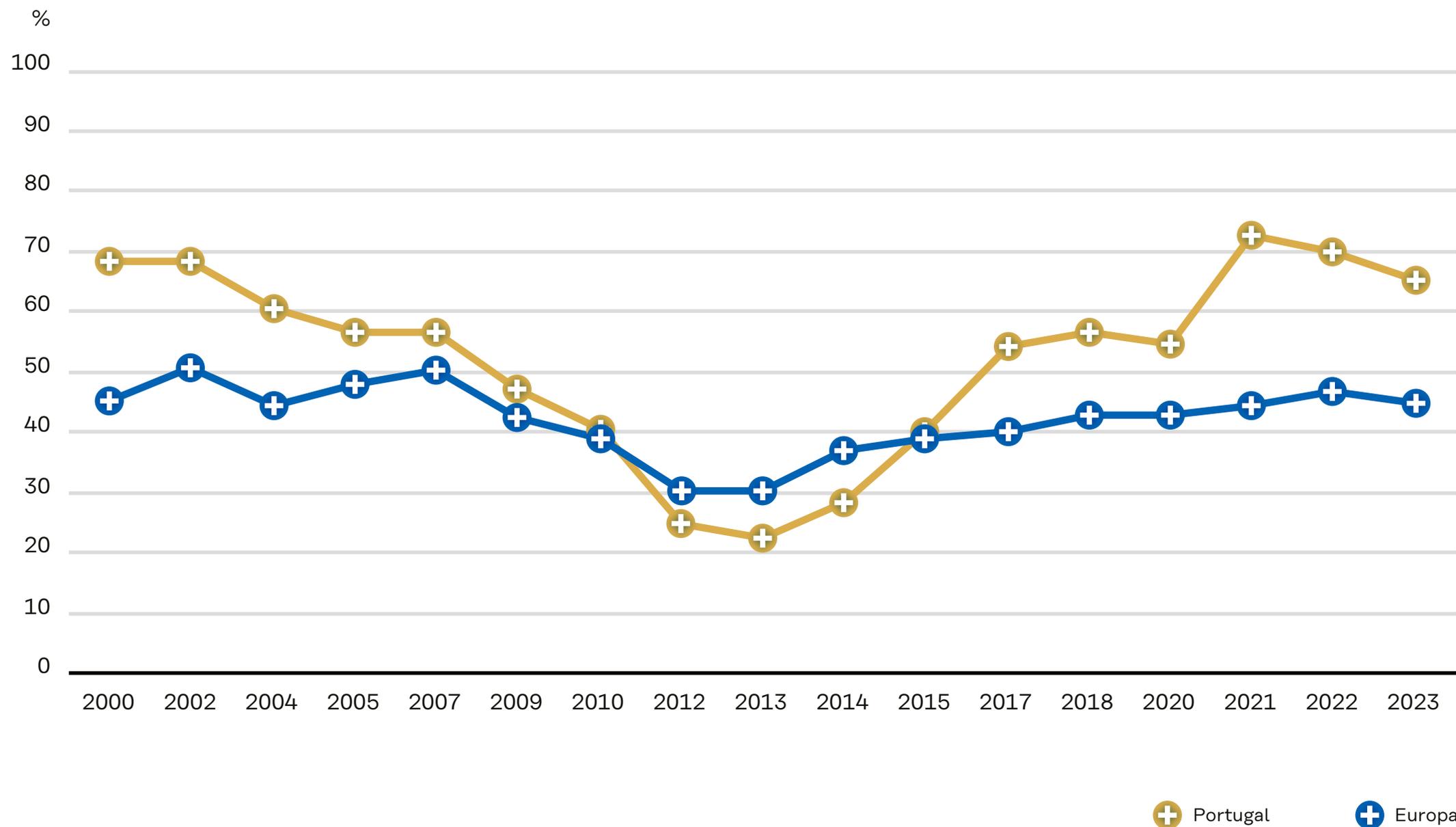
Nos últimos anos volta a verificar-se um decréscimo da percentagem daqueles que têm uma imagem positiva da UE. Ainda assim, no contexto europeu, Portugal regista uma maior proporção de inquiridos com imagem positiva — em 2023, 65,4% e 45% afirmam-no em Portugal e na Europa, respetivamente.

**Figura 9.**

**Evolução da imagem da UE entre 2000 e 2023, em Portugal e na Europa  
(%, imagem «positiva» + «muito positiva»)**

Fonte: Eurobarómetro, 2000-2023.

**A sociedade portuguesa  
tende a ter uma imagem  
mais positiva da UE do que  
a Europa no seu todo.**

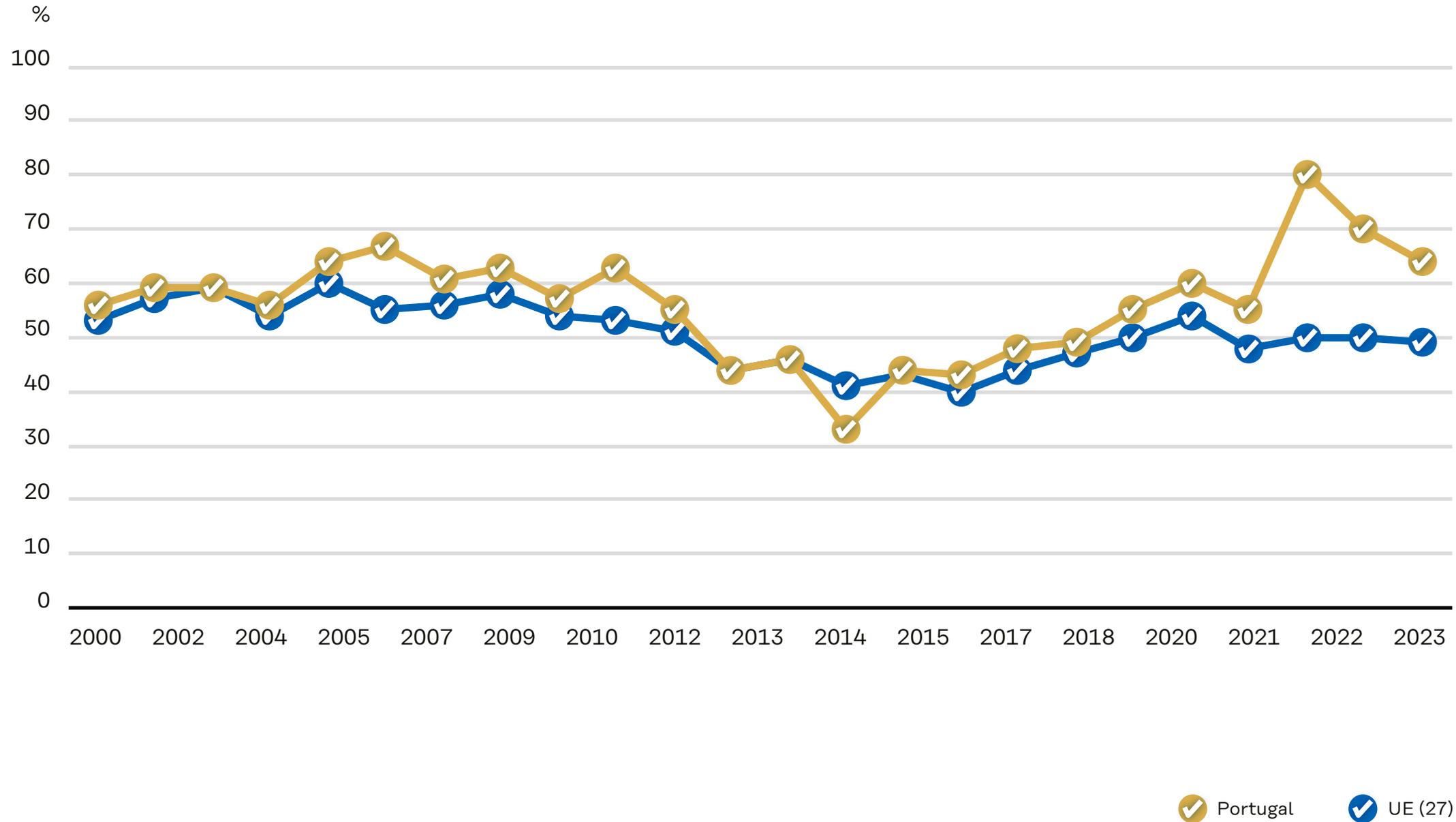


O relativo otimismo da sociedade portuguesa em relação à UE transparece também nos níveis de confiança depositados nas instituições europeias (PE, CE e BCE). Comparativamente aos europeus (da UE a 27), os portugueses evidenciam uma maior propensão para confiar nestas instituições (figura 10). Os níveis de confiança entre os portugueses apenas desceram abaixo da média europeia aquando da crise económica. Ainda assim, entre 2000 e 2023, em média, 56,3% afirmam confiar nas instituições europeias, em contraponto com 50,7% dos europeus. Estes resultados convergem com a ideia, patente na literatura científica, de que Portugal está entre os Estados-membros mais pró-europeus (Hix e Høyland, 2022).

**Figura 10.**

**Evolução da confiança na UE entre 2000 e 2023, em Portugal e na Europa  
(% «tende a confiar»)**

Fonte: Eurobarómetro, 2000-2023.

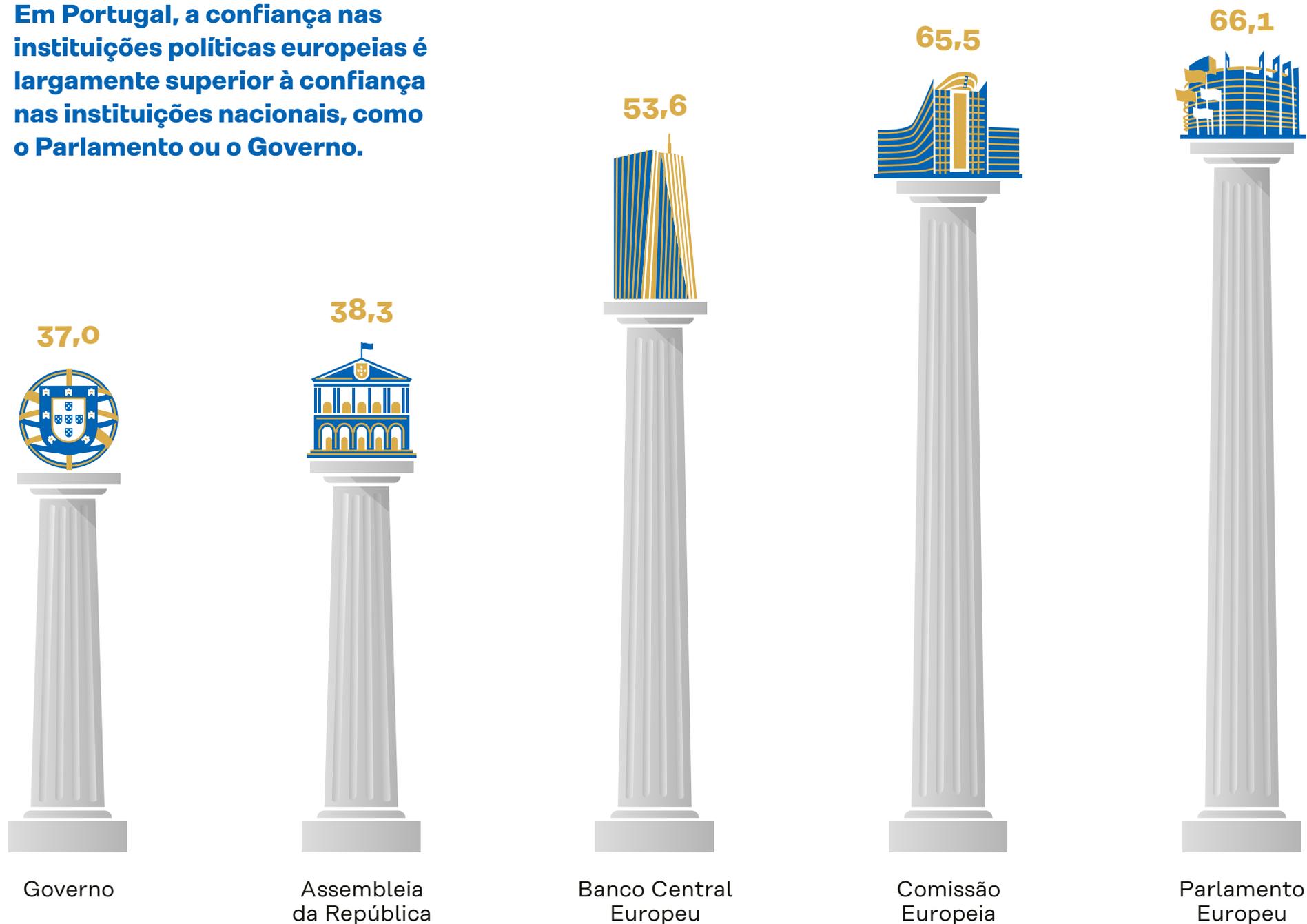


Em Portugal, a confiança nas instituições políticas europeias é largamente superior à confiança nas instituições nacionais, como o Parlamento ou o Governo. À pergunta colocada neste Barómetro sobre se os inquiridos confiam ou não em instituições políticas nacionais e europeias, cerca de um em cada três diz confiar na Assembleia da República e no Governo, e cerca de dois em três inquiridos afirmam confiar no Parlamento Europeu e na Comissão Europeia (figura 11). Estes resultados são consonantes com as conclusões da literatura científica, que sugere ser comum a coexistência de níveis altos de confiança nas instituições europeias e de um menor apoio às nacionais (Sánchez-Cuenca 2000).

**Figura 11.**

**Confiança em instituições políticas europeias e nacionais, em 2024 (% «confia»)**

**Em Portugal, a confiança nas instituições políticas europeias é largamente superior à confiança nas instituições nacionais, como o Parlamento ou o Governo.**

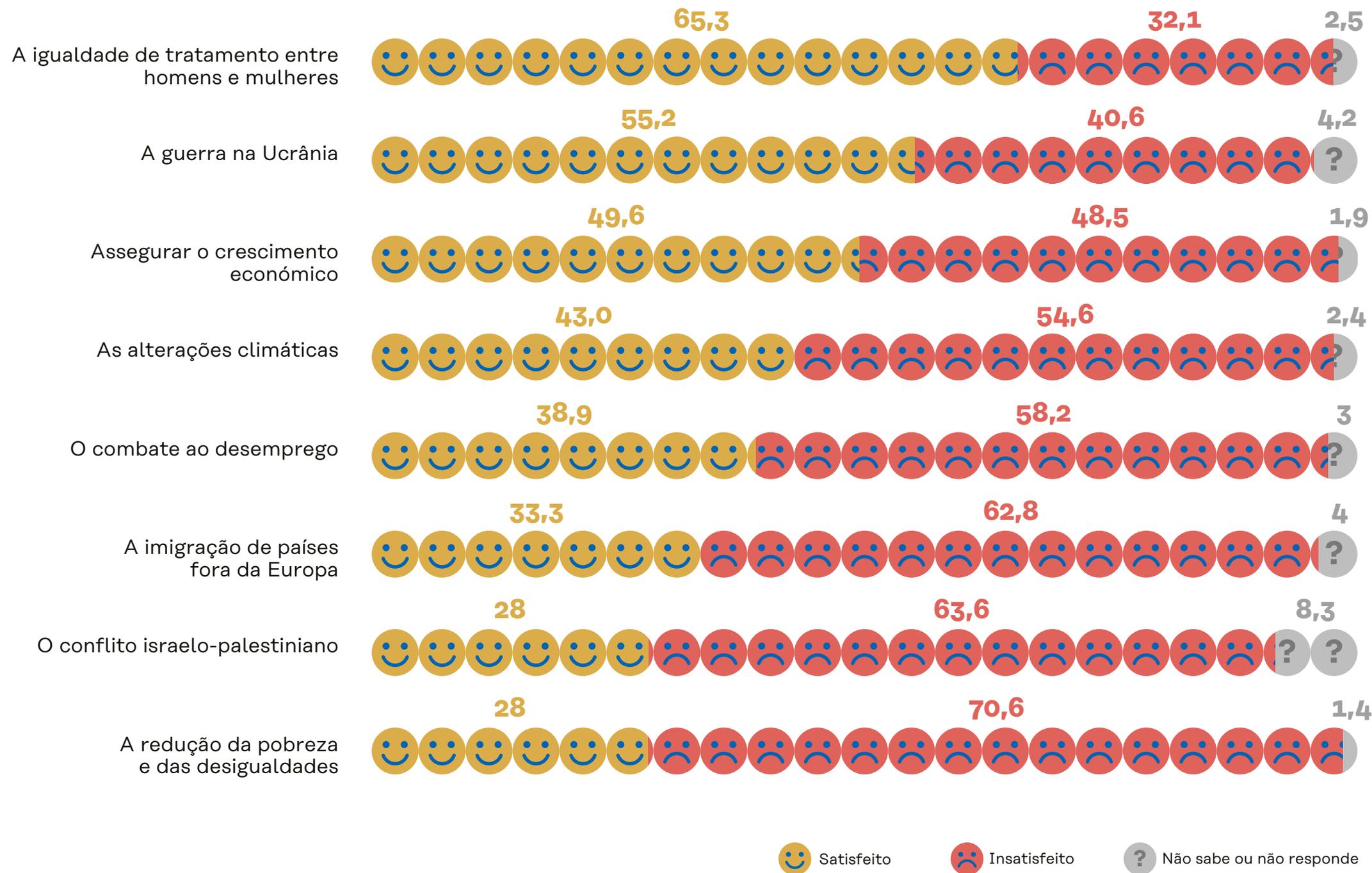


As mulheres, os inquiridos que têm 55 anos ou mais e os que têm formação de nível superior tendem a revelar uma opinião mais positiva sobre a imagem das instituições europeias e a confiar mais nelas.

Apesar da visão sobretudo favorável acerca das instituições europeias, quando questionados sobre o seu desempenho em relação a um conjunto de desafios com que a Europa hoje se confronta (figura 12), os inquiridos sentem-se, de um modo geral, insatisfeitos. Entre os desafios que geram maior insatisfação estão a redução da pobreza e das desigualdades, assim como o conflito israelo-palestiniano, assuntos em relação aos quais menos de um terço se dizem satisfeitos com a resposta da UE. Pelo contrário, os temas da igualdade de género, da guerra na Ucrânia e do crescimento económico registam uma maioria de inquiridos satisfeitos com o desempenho da UE.

**Figura 12.**

**Satisfação com a forma como a UE tem respondido a diferentes assuntos (%)**



Congruente com os dados anteriores, a insatisfação em relação à resposta da UE a este conjunto de desafios é maior entre os mais jovens, os que têm menor escolaridade e os que se situam ideologicamente à direita.

Tal como na secção anterior, com vista a averiguar se as atitudes populistas estão na base de posições mais negativas em relação à UE, estimou-se o quanto as mesmas se relacionam com as três variáveis contempladas nesta secção: a imagem sobre a UE, a confiança nas suas instituições e a satisfação em relação à resposta europeia a temas prementes no contexto europeu. Como esperado, uma maior presença de atitudes populistas junto dos inquiridos está associada a uma opinião mais negativa em relação à UE em qualquer uma das três variáveis.

Pelo contrário, uma maior exposição a notícias sobre política relaciona-se com uma imagem mais positiva da UE e com maior confiança nas suas instituições.

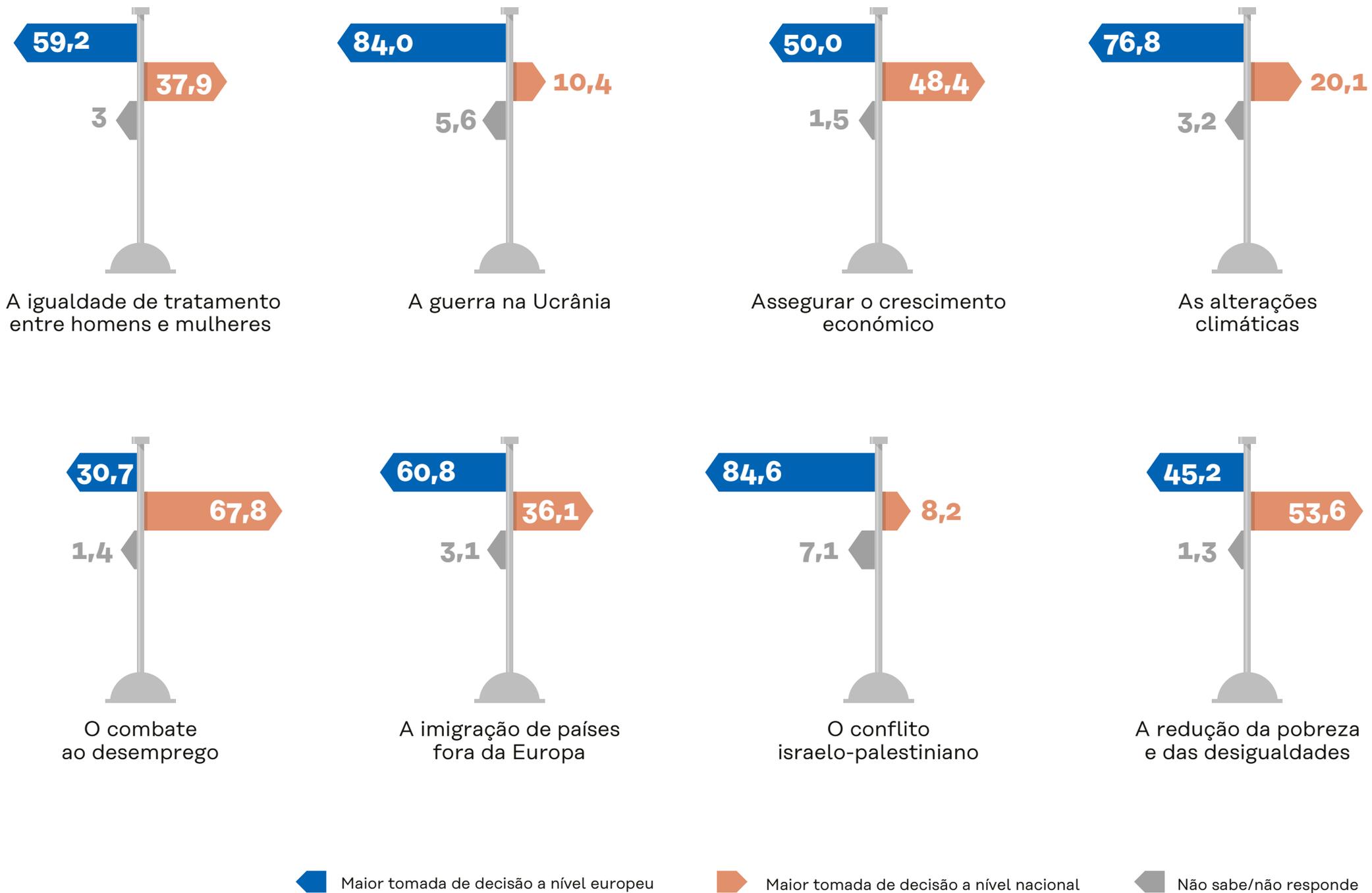
Dado que os indivíduos tendem a avaliar a UE em função das avaliações que fazem sobre a política nacional (Teperouglou e Belchior, 2020), explorámos também a relação entre a satisfação com o desempenho da democracia em Portugal e a posição em relação ao conjunto de variáveis analisado nesta secção. Em consonância com o que a literatura científica tem sugerido, os mais satisfeitos com o desempenho da democracia em Portugal são também os que têm melhor imagem da UE, confiam mais nas suas instituições e estão mais satisfeitos com a resposta europeia ao conjunto de desafios atuais analisados.

# O que pensam sobre a integração europeia?

Com vista a averiguar se a maior ou menor satisfação com o desempenho da UE se relaciona com uma maior exigência de intervenção da UE, perguntou-se também se as decisões no âmbito daquele conjunto de desafios deveriam ser sobretudo tomadas a nível europeu ou nacional. A insatisfação antes observada apenas pontualmente parece relacionar-se com a necessidade de maior tomada de decisão a nível europeu. É esse o caso quanto ao conflito atualmente em curso entre Israel e a Palestina, em que a insatisfação em relação à UE coexiste com a opinião de que deveria haver maior tomada de decisão, como mostra a figura 13. Cerca de nove em cada dez inquiridos entendem que deveria haver maior tomada de decisão a nível europeu no que respeita a este conflito. De modo similar, dois terços dos inquiridos consideram que deveria haver maior intervenção europeia no que respeita à imigração proveniente de países não-europeus, outro dos assuntos geradores de insatisfação em relação à UE. Pede-se ainda maior tomada de decisão a nível europeu para o desafio das alterações climáticas e para a guerra na Ucrânia. Uma larga maioria considera que a tomada de decisão sobre assuntos de natureza social e doméstica, como o desemprego, a pobreza e as desigualdades, deve ser sobretudo tomada a nível nacional.

**Figura 13.**

**Tomada de decisões a nível nacional ou europeu (preferência, %)**



Estes resultados contrastam parcialmente com outros alcançados em 2011 (Eurobarómetro 73.4), em que 83% ou mais dos inquiridos consideravam que devia haver maior tomada de decisão a nível da UE em relação a um amplo conjunto de assuntos, como o desemprego, a proteção social, o crescimento económico, o ambiente, a igualdade entre homens e mulheres, ou a paz a nível internacional. Em termos médios europeus, o apoio a uma maior tomada de decisão europeia em relação a estes assuntos era comparativamente menor, cifrando-se em 66% a percentagem de europeus a defendê-la.

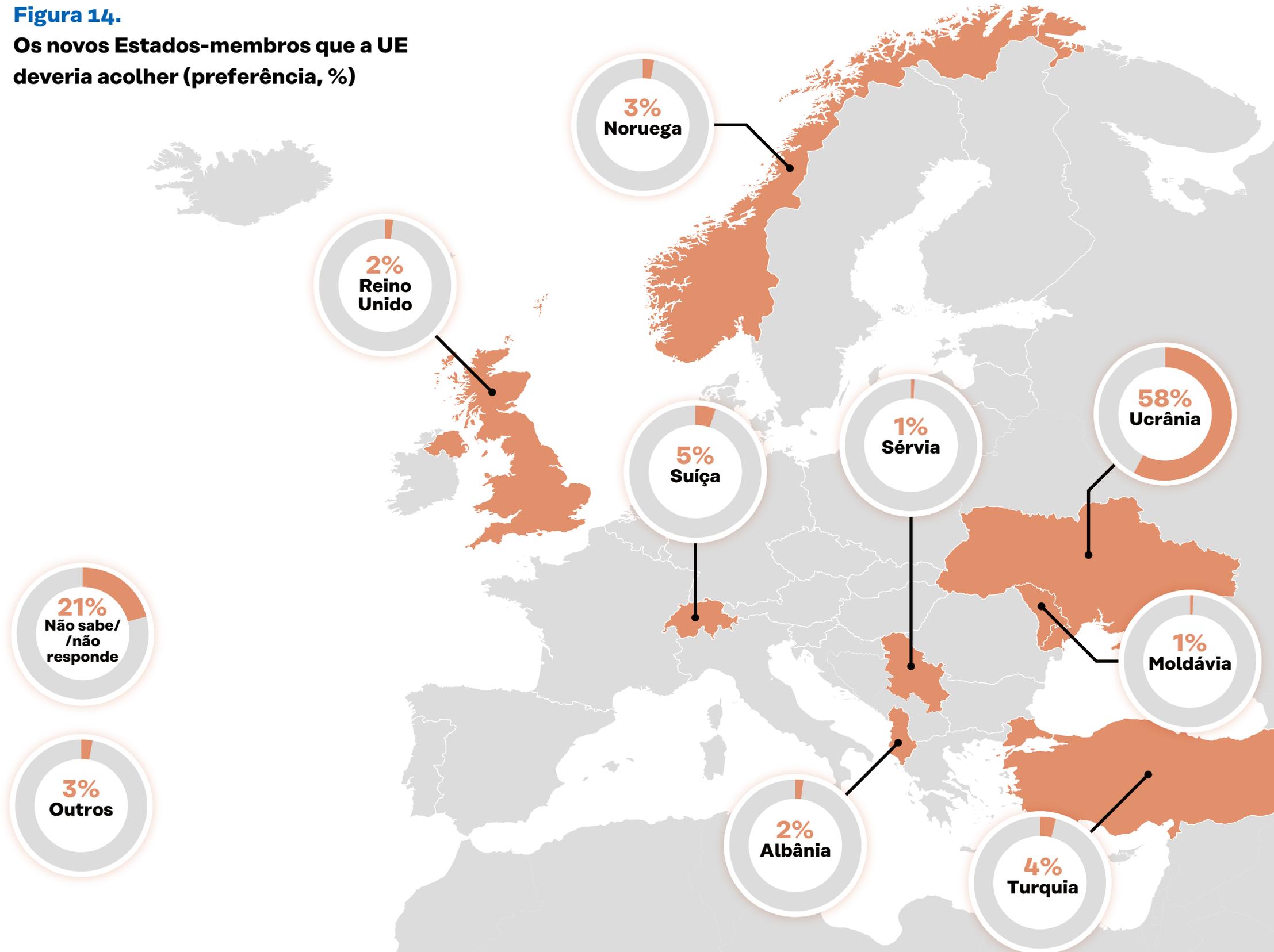
Perguntámos também como os inquiridos votariam se amanhã houvesse um referendo sobre a adesão de Portugal à União Europeia. As respostas evidenciam uma quase unanimidade quanto à opção por Portugal permanecer membro da família europeia (84,5%). Quisemos também saber se a opinião sobre Portugal dever permanecer na UE se relaciona com o benefício percebido pelos inquiridos quanto à adesão à UE e ao euro. Com efeito, observa-se uma associação entre a primeira e as duas segundas, sugestiva de que, de modo coerente, são aqueles que mais benefícios atribuem à integração de Portugal os que mais tendem a apoiar a permanência do país na UE.

Quanto à hipótese de a UE abrir as portas à entrada de mais Estados-membros, 44,5% dos inquiridos mostram-se favoráveis (38,8% opõem-se-lhe e 16,7% admitem não saber ou não respondem). Os que lhe são favoráveis são sobretudo homens (55,2%), sem formação superior (60,0%), notando-se que a aceitação de novos Estados-membros aumenta substancialmente com a idade (43,8% dos que têm 55 ou mais anos apoiam-na, contra apenas 23,3% dos que têm 18 a 34 anos). Em termos ideológicos, estão ao centro os que demonstram maior abertura ao aumento do número de Estados-membros (50,2%, por oposição a 18,9% à esquerda e 30,8% à direita).

Quando questionados sobre quais os novos Estados-membros que a UE deveria acolher, as respostas apontam esmagadoramente para a Ucrânia (figura 14), e apenas residualmente para outros países.

**Figura 14.**

**Os novos Estados-membros que a UE deveria acolher (preferência, %)**



# Quem consideram influente na UE?

Para captar a opinião dos inquiridos sobre a distribuição do poder na UE, pedimos-lhes, de entre uma lista de grupos e instituições, que indicassem qual a influência que achavam que cada um(a) deles(as) devia ter nas políticas da UE. Num segundo momento, foi-lhes pedido que determinassem até que ponto consideravam que cada um(a) deles(as) influenciava efetivamente as políticas da UE. Utilizando estas duas perguntas, podemos determinar a diferença entre a influência que os inquiridos percecionam que um grupo ou uma instituição tem e a influência ideal, isto é, que acreditam que esse grupo ou instituição deveria ter.

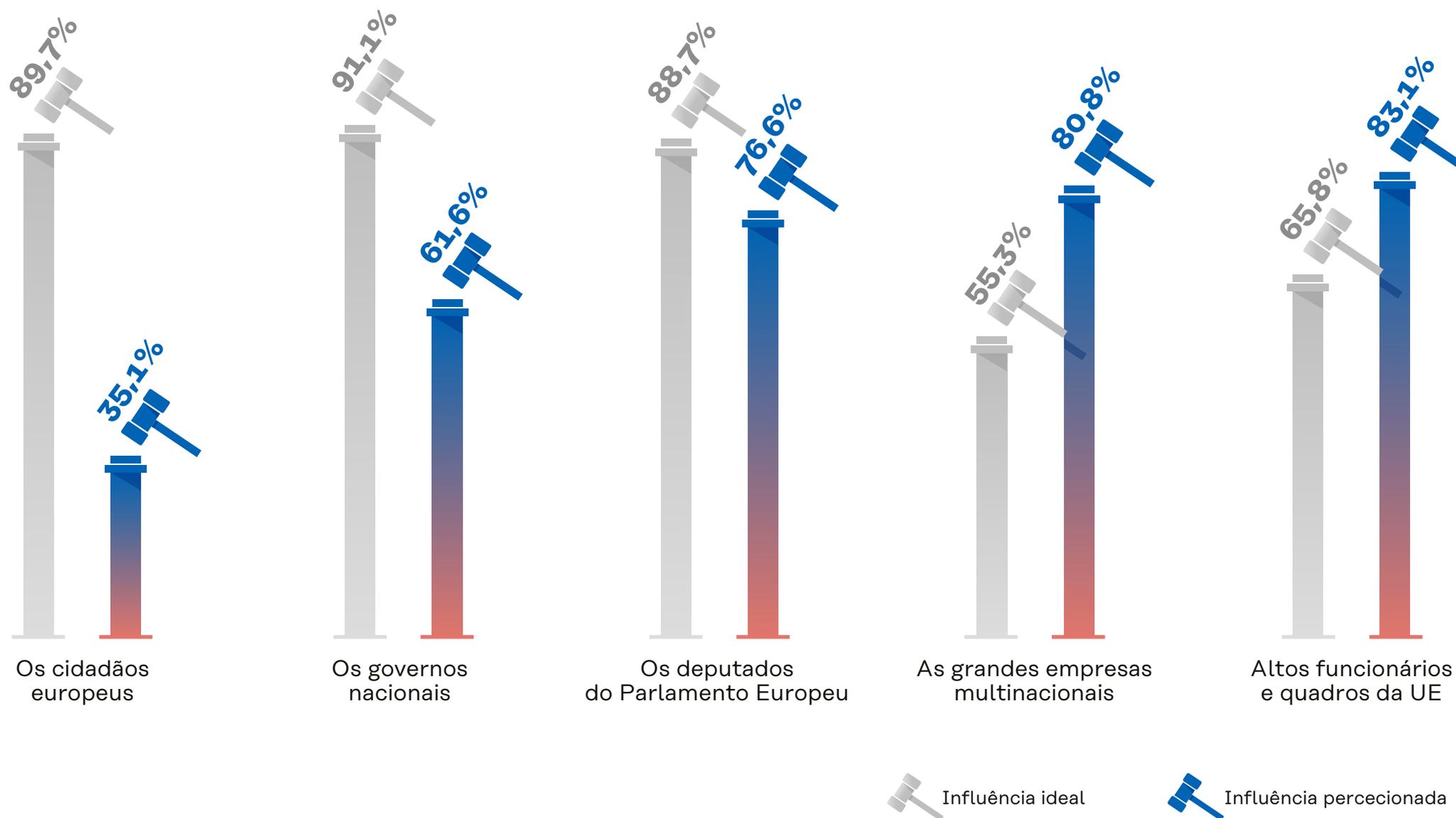
A comparação entre as opiniões relativas à influência «ideal» (que os grupos e instituições deveriam ter) e a influência «percecionada» (a influência que os indivíduos percecionam que os grupos ou instituições efetivamente têm) revela alguns contrastes, como mostra a figura 15. Por exemplo, quase 90% dos inquiridos gostariam que os cidadãos europeus tivessem uma forte influência na UE, mas apenas 35% acreditam que isso acontece na realidade. Os inquiridos gostariam igualmente que os governos nacionais tivessem uma influência maior do que a que têm atualmente, e o mesmo se aplica aos eurodeputados. Por seu turno, quando questionados sobre a influência das grandes empresas multinacionais e dos altos funcionários, os inquiridos concordam que a sua influência ideal nas políticas da União Europeia deveria ser inferior à que têm atualmente. Estas diferenças são ainda mais acentuadas entre os inquiridos com atitudes populistas, que revelam um

maior fosso entre a influência ideal e a influência percebida no que diz respeito aos eurodeputados, às grandes empresas multinacionais e aos altos funcionários.

**Quase 90% dos inquiridos gostariam que os cidadãos europeus tivessem uma forte influência na UE.**

**Figura 15.**

**Comparação entre influência ideal e influência percebida na União Europeia (%). Soma das pessoas que respondem que estes grupos têm «muita» ou «alguma» influência**

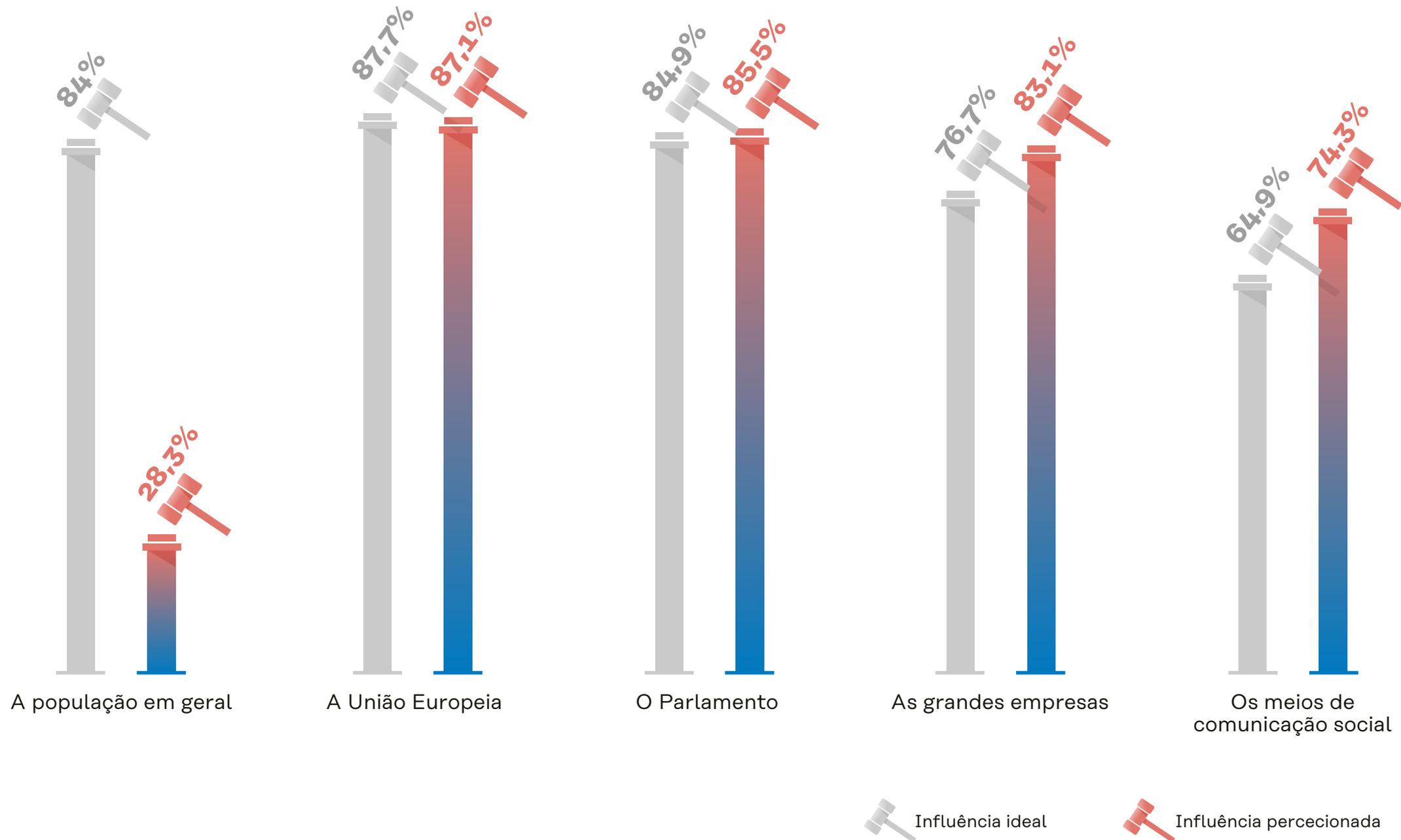


Podemos comparar estes resultados com os dados recolhidos pelas sondagens ICS/ISCTE, que pedem aos inquiridos que indiquem a influência política ideal e percecionada de diferentes grupos e instituições em Portugal. Alguns padrões são muito semelhantes aos resultados relativos à UE, como mostra a figura 16 — nomeadamente a perceção de uma falta de influência dos cidadãos na política nacional e europeia. Assim, 84% dos inquiridos acham que a população em geral deveria ter «muita» ou pelo menos «alguma» influência nas medidas tomadas pelos governos, mas apenas 29% consideram que isso sucede efetivamente. Por outro lado, a UE e o Parlamento têm, segundo a maior parte dos inquiridos, a medida certa de influência, uma vez que as percentagens nos dois cenários são elevadas e praticamente iguais. Duas instituições destacam-se como tendo uma influência percecionada superior à desejada: as grandes empresas e a comunicação social.

**Figura 16.**

**Comparação entre influência ideal e influência percebida em Portugal (%).  
Soma das pessoas que respondem que estes grupos têm «muita» ou «alguma»  
influência**

Fonte: Sondagens ICS/ISCTE, Maio de 2023.



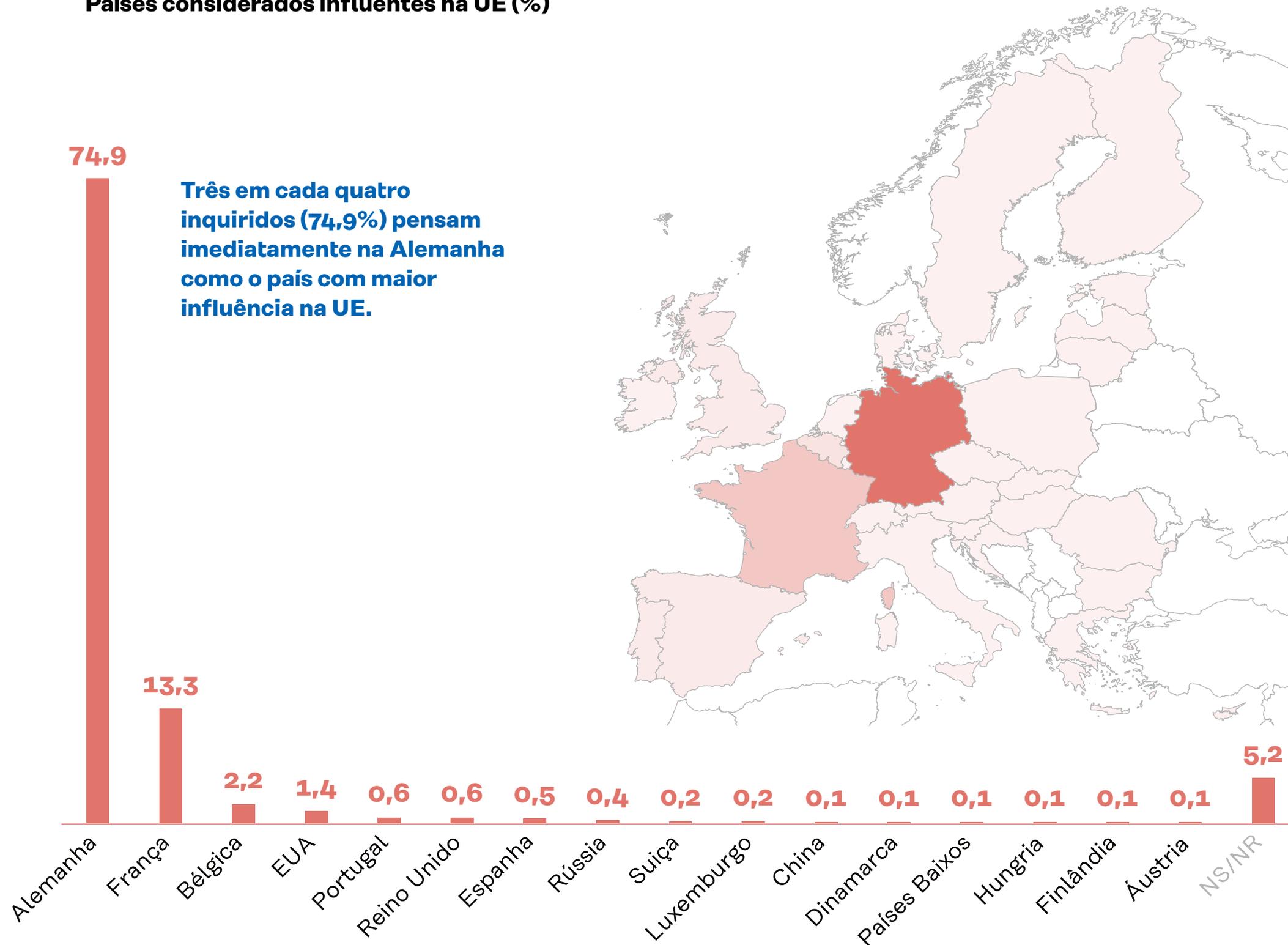
Quando questionados sobre quais os países que acreditam que têm maior poder para influenciar as decisões na UE, os inquiridos concordam quase unanimemente, como pode ser visto na figura 17. Três em cada quatro inquiridos (74,9%) pensam imediatamente na Alemanha como o país com maior influência na UE. Os países mencionados a seguir são França, com um número muito inferior (13,3% dos inquiridos), e a Bélgica (mencionada por apenas 2,3% dos inquiridos).

Questionados sobre se, em comparação com a maioria dos países com uma população semelhante à de Portugal, como a Bélgica ou a Suécia, consideram que Portugal tem menos, o mesmo ou mais poder, mais de três em cada quatro inquiridos tendem a acreditar que Portugal tem uma influência menor (77%), e apenas um em cada cinco considera que é semelhante (19,7%).

No entanto, podemos observar algumas diferenças entre grupos, como mostra a figura 18. Os inquiridos mais velhos (55+) estão mais confiantes na influência de Portugal, por comparação com outros países, assim como os inquiridos de esquerda, por comparação com os inquiridos de direita.

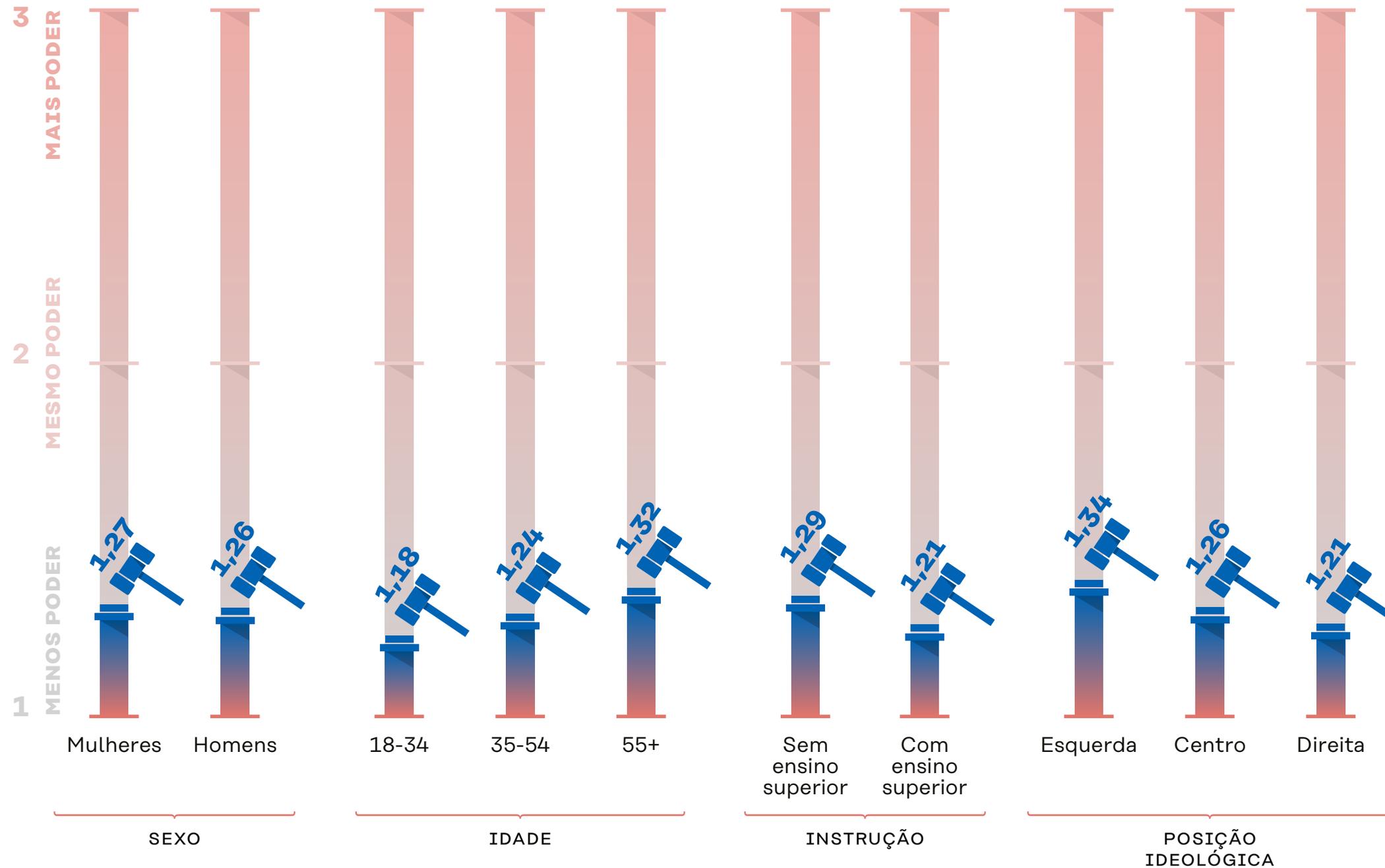
**Figura 17.**

**Países considerados influentes na UE (%)**



**Figura 18.**

**Influência de Portugal em comparação com outros países. «Comparando com a generalidade dos países com população similar à de Portugal, tais como a Bélgica ou a Suécia, considera que Portugal tem menos poder (1), o mesmo poder (2) ou mais poder (3)?»**



# A UE é considerada responsável por questões políticas importantes em Portugal?

Com o objetivo de avaliar a responsabilidade que em Portugal se atribui à UE em relação às questões que mais preocupam os cidadãos nos dias de hoje, foi também pedido aos inquiridos que indicassem qual a questão mais importante que Portugal enfrenta atualmente. Comparámos estes dados com 2019, quando a mesma pergunta foi feita no inquérito do projeto MAPLE, antes das últimas eleições europeias.

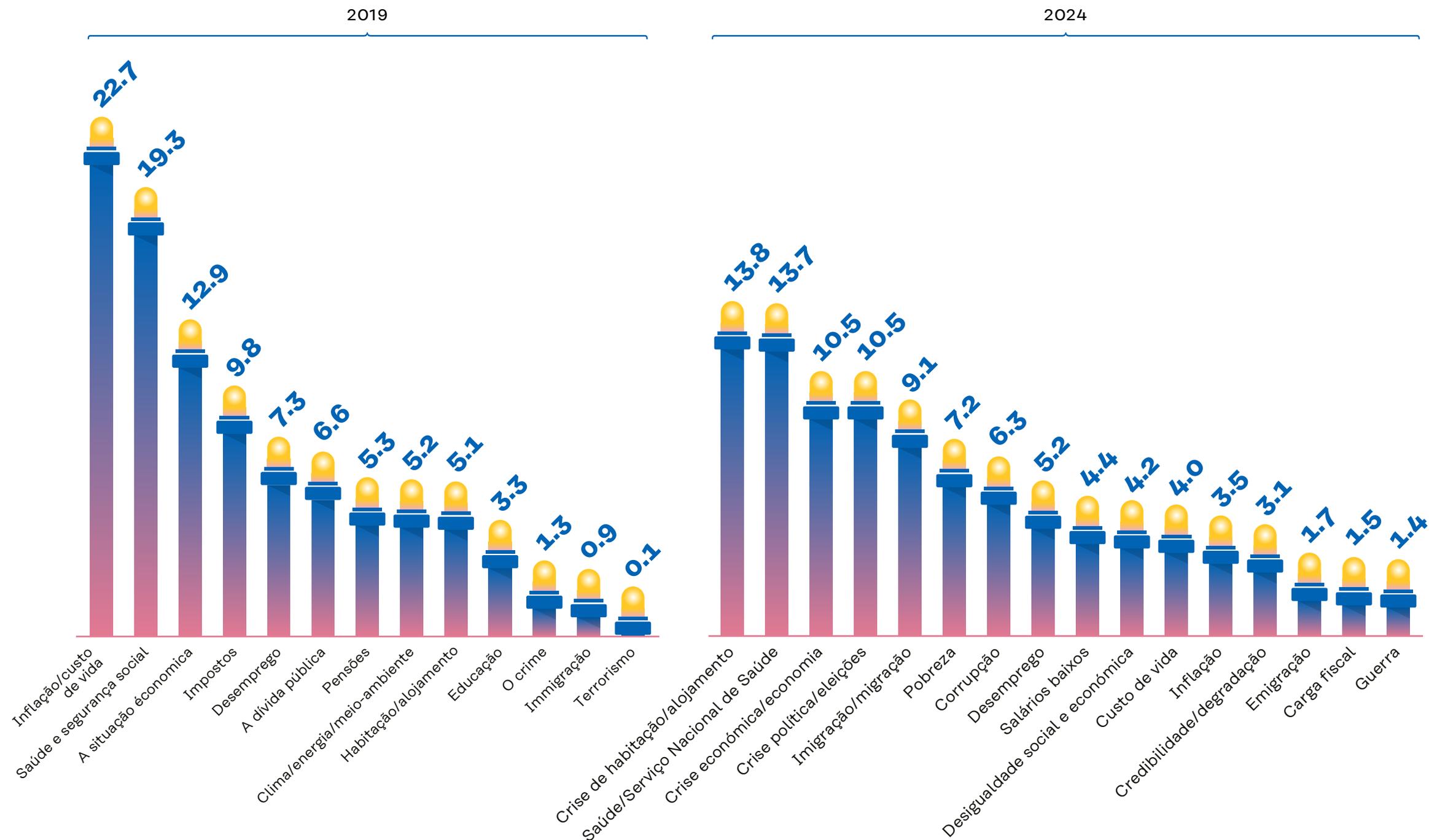
São visíveis algumas diferenças interessantes na figura 19. Por exemplo, em 2019, apenas uma pequena parte da sociedade portuguesa estava preocupada com a migração (0,9%). Em 2024, 9,1% indicam a (i)migração como uma questão relevante. Além disso, a habitação tornou-se o assunto mais saliente em 2024, com 13,8% a nomearem-na como o tema mais importante, enquanto em 2019 tinha sido mencionada apenas por 5,1%. Seguem-se-lhe os problemas da saúde (13,7%) e da economia (10,5%). A corrupção apareceu na agenda em 2024 e é considerada importante por 6,3% dos inquiridos, não tendo sido objeto de questionamento em 2019. De igual modo, surge na agenda política «a crise política/as eleições», que 10,5% do total de inquiridos consideram ser o tema mais importante em 2024, assunto que também não foi inquirido em 2019.

Além disso, assuntos como a inflação e o custo de vida — os mais mencionados em 2019 — perderam importância em 2024.

Figura 19.

**Assunto mais importante que Portugal enfrenta (2024 e 2019),  
comparação com dados do projeto MAPLE (%)**

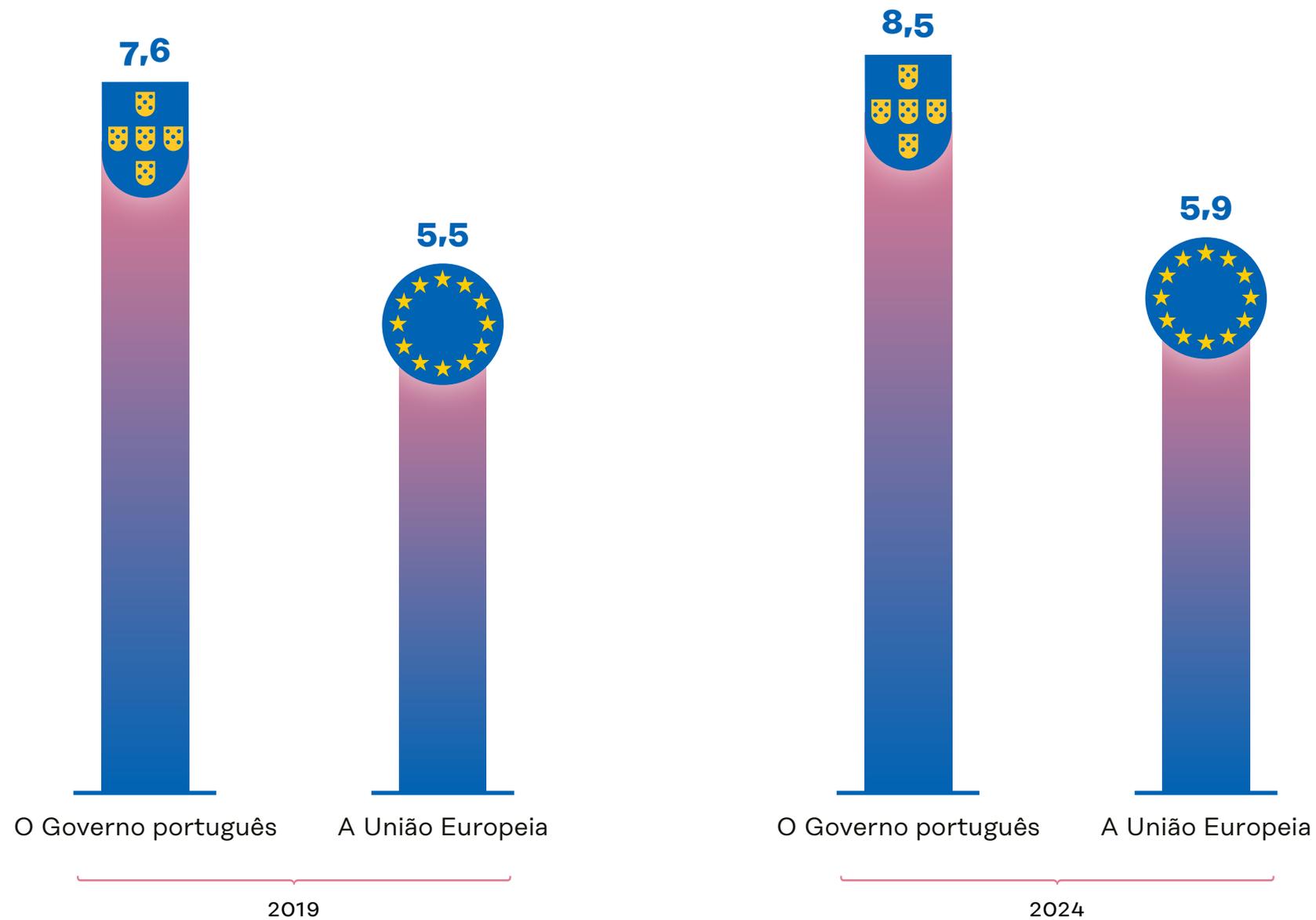
Fonte: Maple Online Survey, 2019.



De seguida, foi pedido aos inquiridos que indicassem até que ponto a UE e o Governo português eram responsáveis pelo assunto que consideraram ser o mais importante. Numa escala de 0 a 10, em que 0 significa «nada responsável» e 10 significa «extremamente responsável», a maioria dos inquiridos atribuiu um nível mais elevado de responsabilidade ao Governo nacional, como mostra a figura 22. Este padrão mantém-se em 2019 e 2024 — a atribuição de responsabilidade política é mais elevada para o Governo português (médias de 7,6/8,5) do que para a União Europeia (médias de 5,6/5,9).

**Figura 20.**

**Nível de responsabilidade das instituições pelo assunto considerado mais importante pelo/a inquirido/a: «Até que ponto considera que as seguintes instituições são responsáveis por esse assunto? Utilize, por favor, uma escala em que 0 significa “Nada responsável” e 10 “Extremamente responsável”»**

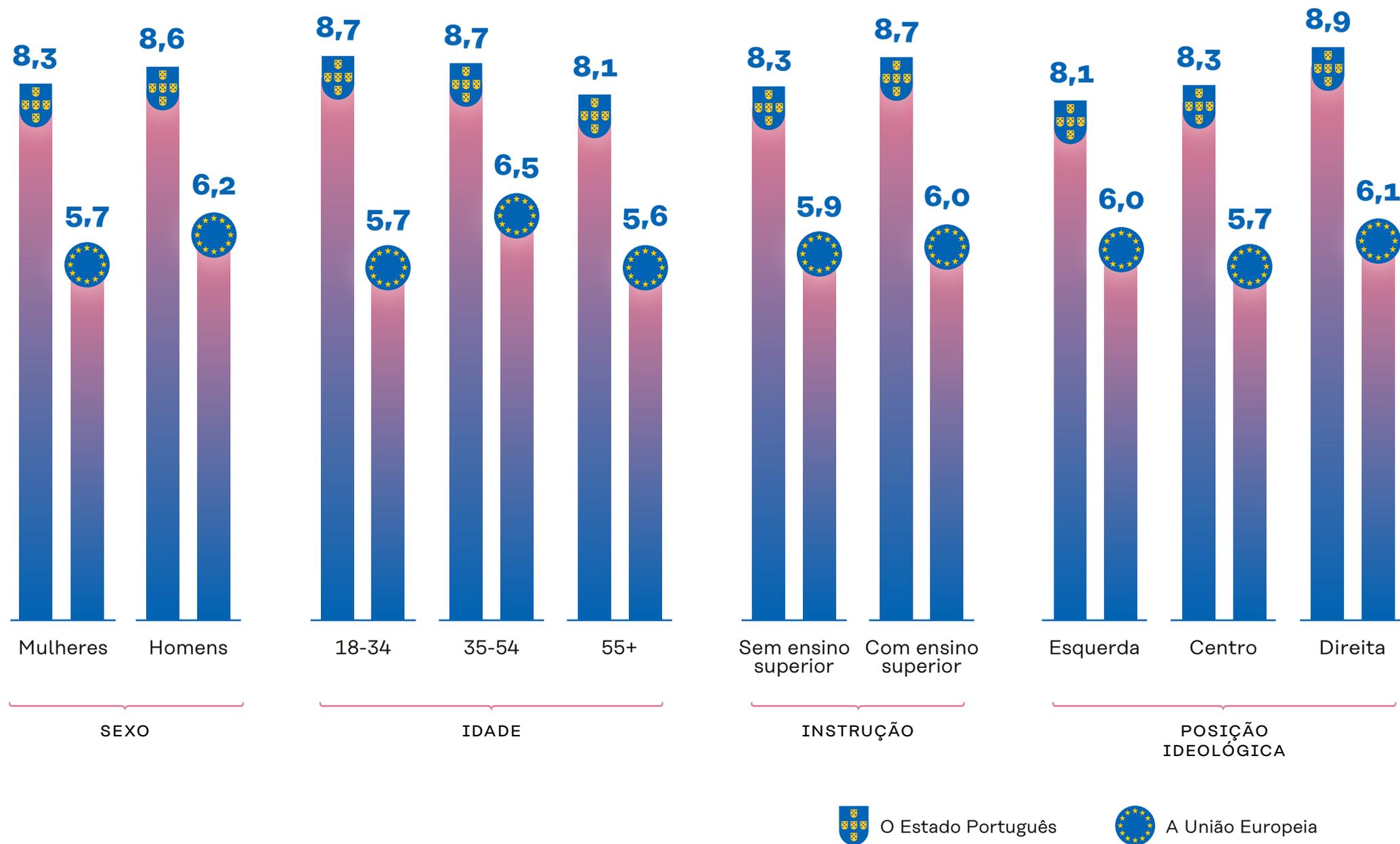


Por último, podemos observar algumas diferenças entre os grupos socioeconómicos e políticos quanto às opiniões sobre a responsabilidade das duas instituições (figura 21): os homens e as gerações de meia-idade (35-54 anos) responsabilizam mais a UE, enquanto as pessoas com formação superior e as que têm uma posição ideológica à direita estão mais convencidas de que o Governo português é responsável pelos problemas políticos importantes que o país enfrenta. Além disso, os inquiridos com atitudes populistas tendem a responsabilizar mais ambas as instituições — UE e Governo português —, em particular este último.

**Figura 21.**

**Nível de responsabilidade das instituições pelo assunto mais importante (por grupos).**

**«Até que ponto considera que as seguintes instituições são responsáveis por esse assunto? Utilize, por favor, uma escala em que 0 significa “Nada responsável” e 10 “Extremamente responsável”»**



# O que pensam sobre os estados-membros que desrespeitam a democracia?

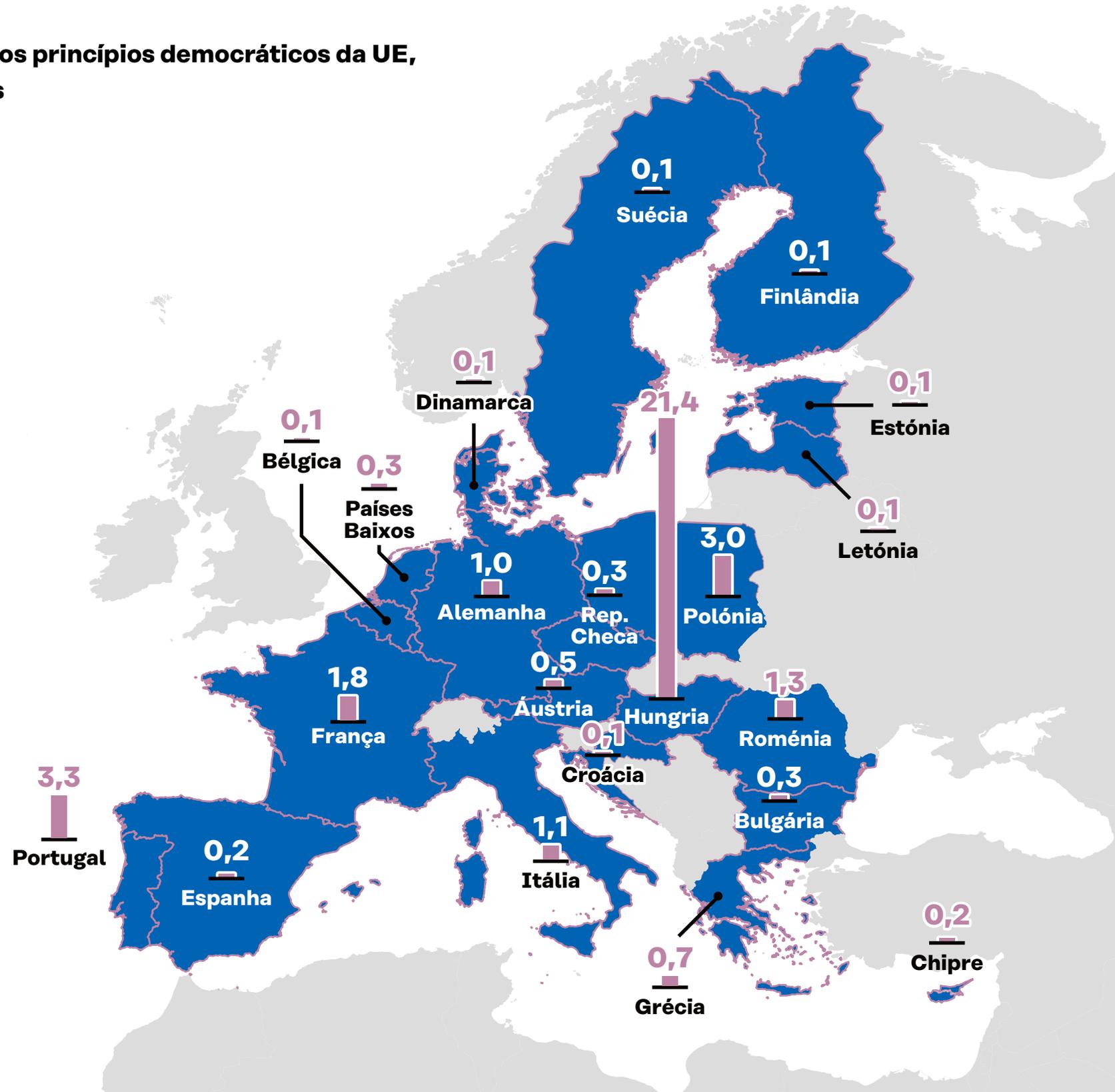
Para fazer parte da UE, os Estados-membros concordam em partilhar e respeitar valores comuns, incluindo o Estado de direito, que inclui a liberdade de imprensa, a independência do poder judicial, a luta contra a corrupção, a proteção dos direitos individuais, entre outros. Esta secção trata da forma como a sociedade portuguesa encara o respeito pelos valores democráticos no seio da UE.

Uma esmagadora maioria de inquiridos (83,3%) apoia a ideia de que a UE deve ter o direito de excluir os Estados-membros cujos governos desrespeitem regularmente os princípios democráticos, e quase metade considera que existem hoje em dia Estados-membros que, de forma reiterada, não respeitam estes princípios (48,2%). Quando se pergunta a estes últimos quais os países da UE que o fazem, observa-se uma expressiva concordância quanto ao principal país em causa (figura 22) — quase metade (21,4%) aponta a Hungria como o principal exemplo de falta de respeito pelos valores democráticos e pelos direitos humanos. Uma percentagem inferior de inquiridos menciona países que não são membros da UE (4,9%), bem como — curiosamente — o seu próprio país, Portugal (3,3%), seguido da Polónia (3,0%).

**Figura 22.**

**Estados que não respeitam os princípios democráticos da UE, de acordo com os inquiridos**

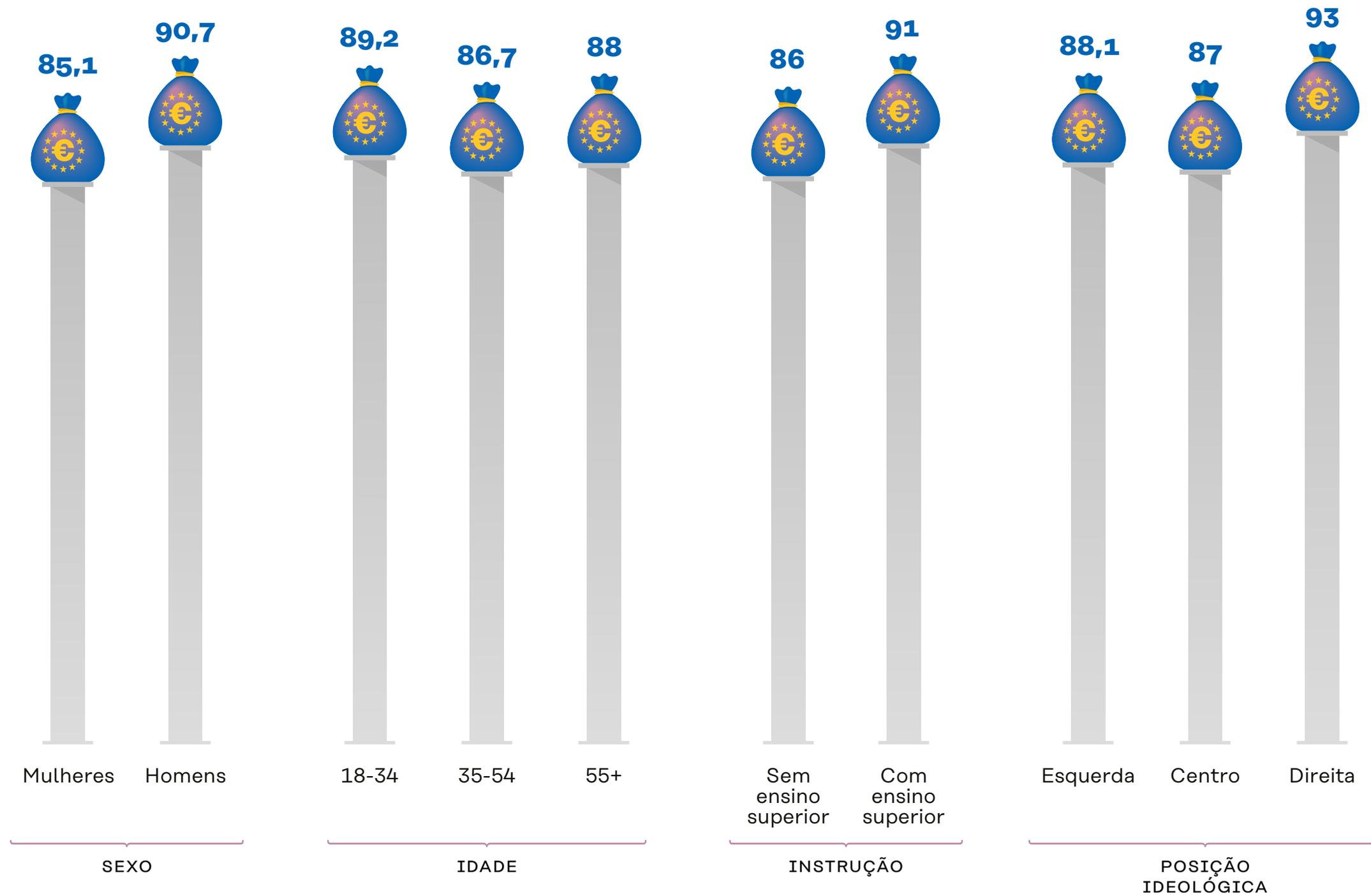
Uma esmagadora maioria de inquiridos (83,3%) apoia a ideia de que a UE deve ter o direito de excluir os Estados-membros cujos governos desrespeitem regularmente os princípios democráticos.



De seguida, foi perguntado aos inquiridos se concordam que a concessão de fundos da UE aos Estados-membros seja condicionada ao respeito pelo Estado de direito e pelos princípios democráticos por parte dos respetivos governos. A concordância é geralmente elevada (superior a 90%). No entanto, existem algumas diferenças dentro da população, como mostra a figura 23. Por exemplo, os homens são mais propensos do que as mulheres a concordar com a retirada de fundos. Além disso, os inquiridos de direita são mais a favor da condicionalidade dos fundos com base no cumprimento das normas da UE, por comparação com os inquiridos de esquerda e os centristas. Os respondentes com o ensino superior também concordam mais com esta condicionalidade.

**Figura 23.**

**A concessão de fundos da UE aos Estados-membros deve ser subordinada à implementação do Estado de direito e dos princípios democráticos (% que concorda)**

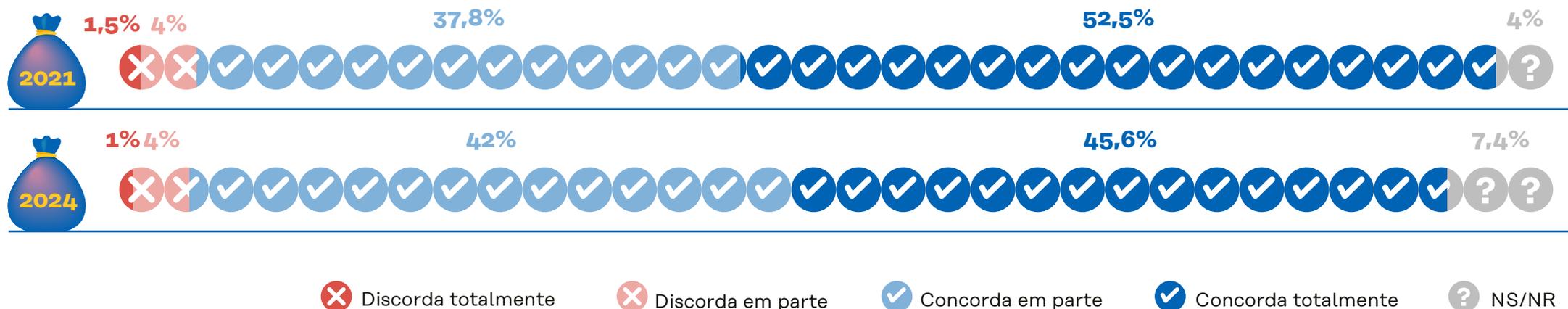


Comparando estes resultados com dados de 2021, recolhidos pelo Eurobarómetro, podemos verificar na figura 24 que a opinião dos portugueses não mudou muito. Tanto nessa altura como agora, uma ampla maioria concorda ou concorda fortemente que a concessão de fundos da UE aos Estados-membros deve ser condicionada ao respeito pelo Estado de direito e pelos princípios democráticos por parte dos respetivos governos. De um modo geral, estes resultados estão em linha com o que os cidadãos dos outros países europeus pensam, embora a concordância com esta questão seja ainda mais elevada em Portugal (94,4%) do que na média dos restantes países (86,7%). Os nossos resultados mostram também que, quanto mais fortes as convicções populistas dos inquiridos, maior a concordância com a subordinação da concessão de fundos da UE aos Estados-membros à implementação do Estado de direito e dos princípios democráticos pelos respetivos governos.

**Figura 24.**

**A concessão de fundos da UE aos Estados-membros deve ser subordinada à implementação do Estado de direito e dos princípios democráticos (%) — comparação com dados do Eurobarómetro (2021)**

Fonte 2021: Eurobarómetro



# Principais mensagens

## 1

A sociedade portuguesa detém um conhecimento razoável sobre a UE, tendencialmente acima da média na Europa. Contudo, sente que não sabe muito sobre o que faz o Parlamento Europeu. A escolaridade é um fator-chave na explicação do maior conhecimento dos indivíduos sobre os temas da UE.

## 2

Maioritariamente, a sociedade portuguesa tende a considerar que a representação política funciona bem na UE: uma ampla maioria dos inquiridos considera que votar para o Parlamento Europeu lhes dá voz na forma como se governa na UE e cerca de metade afirma que os eurodeputados representam bem os interesses nacionais.

### 3

De um modo geral, o apoio à UE e às suas instituições continua a ser elevado em Portugal, como tem sido historicamente. Os portugueses tendem a denotar posições pró-europeístas, acima da média europeia — a intervenção económica da *troika* (2011-2014) constitui um momento de exceção. Este momento crítico, em que o apoio diminuiu substancialmente, está hoje ultrapassado.

### 4

A confiança, o apoio e o conhecimento sobre a UE são consistentemente mais elevados em grupos socioeconómicos específicos: os que concluíram o ensino superior, os cidadãos mais jovens que cresceram com a UE, bem como os cidadãos mais velhos que ainda se lembram de Portugal antes da adesão à UE. Os inquiridos à esquerda, bem como as mulheres, tendem a ter uma visão mais positiva da UE.

## 5

Não obstante a satisfação global dos portugueses com a UE, observa-se substancial insatisfação em relação à forma como esta tem lidado com problemas atuais, tais como a pobreza e as desigualdades, ou o conflito israelo-palestiniano. Menos de um terço dos portugueses admitem estar satisfeitos com a resposta da UE a respeito destes assuntos. Esta insatisfação está associada à demanda por maior intervenção europeia, em especial no que respeita ao conflito israelo-palestiniano (uma maior tomada de decisão europeia é, aliás, de modo geral, solicitada em relação a assuntos de natureza externa, como o conflito na Ucrânia ou as alterações climáticas).

## 6.

Os que advogam posições populistas tendem a ser mais pessimistas quanto ao funcionamento da representação política na UE, aos benefícios da adesão à UE e ao euro, assim como mais negativos relativamente à imagem sobre a UE, mais céticos em relação às suas instituições e mais insatisfeitos no que respeita à resposta europeia a desafios atuais.

## 7.

Por último, a sociedade portuguesa mostra-se pouco satisfeita com a distribuição do poder dentro da UE. Destaca-se a existência de um grande fosso entre a influência desejada para os cidadãos europeus e a influência que os inquiridos percecionam que estes efetivamente têm, que é muito reduzida. De igual modo, os inquiridos gostariam que o Governo português e os eurodeputados tivessem mais influência nas políticas da UE. Por outro lado, as grandes empresas multinacionais e os altos funcionários são vistos como tendo mais influência nas políticas da UE do que deveriam ter. Os inquiridos consideram também que, em comparação com outros países com uma população semelhante, Portugal tem pouco poder na UE.

# Saber mais

## Estudos da Fundação

*Três Décadas de Portugal Europeu*, de Augusto Mateus (coord. global), Joana Mateus, Nuno Ferreira (coord. executiva), Cristina Silva, Dalila Farinha, Hermano Rodrigues, Nuno Morim, Paulo Madruga, Sara Salvado, Susana Gouveia, Vítor Escária, 2015. Disponível [aqui](#).

*Portugal nas Decisões Europeias*, de Alexander Trechsel e Richard Rose (coord.), Daniela Corona, Filipa Raimundo, José Santana-Pereira, Jorge Fernandes, 2014. Disponível [aqui](#).

## Livros da Fundação

*Eleições na União Europeia*, de Nuno Sampaio, 2019. Disponível [aqui](#).

*A Europa não É Um País Estrangeiro*, de José Tavares, 2019. Disponível [aqui](#).

*Crise e Castigo e o Dia Seguinte*, de Fernando Alexandre, Luís Aguiar-Conraria, Pedro Bação, 2019. Disponível [aqui](#).

*A Democracia na Europa*, de Catherine Moury, 2016. Disponível [aqui](#).

*O Futuro da União Europeia*, de Eugénia da Conceição-Heldt, 2016. Disponível [aqui](#).

*Portugal e a Europa: Novas cidadanias*, de Marina Costa Lobo (coord.), João Pedro George, João Peixoto, Luís Bernardo, Luís Mah, Marteen Vink, Patrícia Jerónimo, Sofia Aboim, 2013. Disponível [aqui](#).

## Documentários da Fundação

*Portugal na Europa: Raízes e horizontes*, 2024. Disponível brevemente.

*O Que Ficarà dos Fundos Europeus*, 2021. Disponível [aqui](#).

## Debates, videocasts e podcasts da Fundação

«Como afirmar Portugal na Europa?», 2024. Disponível [aqui](#).

«Da capa à contracapa: para onde caminha a Europa?», 2023. Disponível [aqui](#).

«Democracia (i)liberal não é assim tão simples», com Catherine de Vries, 2022. Disponível [aqui](#).

«Brexit não é assim tão simples», com R. Daniel Kelemen, 2022. Disponível [aqui](#).

Pordata: base de dados da Europa, disponível [aqui](#).

# Referências bibliográficas

- AKKERMAN, Agnes, Cas Mudde e Andrej Zaslove. 2014. «How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters». *Comparative Political Studies* 47 (9): 1324-53.
- BAUER, Michael W., e Stefan Becker. 2014. «The Unexpected Winner of the Crisis: The European Commission's Strengthened Role in Economic Governance». *Journal of European Integration*, 36:3, 213-229.
- CINI, Michelle, e Nieves Pérez-Solórzano Borragá. 2022. *European Union. European Union Politics*. 4.<sup>a</sup> ed. Oxford: Oxford University Press.
- CORDERO, Guillermo, e José R. Montero. 2015. «Against bipartyism, towards dealignment? The 2014 european election in Spain». *South European Society and Politics*, 20:3, 357-379, DOI: 10.1080/13608746.2015.1053679.
- DELORS, Jacques. 1990. «Europe's ambitions». *Foreign Policy* 80 (1990): 22.
- EICHENBERG, Richard C., e Russell J. Dalton. 2007. «Post-Maastricht blues: The transformation of citizen support for European integration, 1973-2004». *Acta Politica*, 42, 128-52.
- HIX, Simon, e Bjørn Høyland. 2022. *The Political System of the European Union*. Londres, Nova Iorque e Dublin: Bloomsbury Academic.
- HUTTER, Swen, e Hanspeter Kriesi. 2019. «Politicizing Europe in times of crisis». *Journal of European Public Policy*, 26:7, 996-1017.
- KRIESI, Hanspeter, Edgar Grande, Romain Lachat, Martin Dolezal, Simon Bornschier e Timotheos Frey. 2006. «Globalization and the transformation of the national political space: Six European countries compared». *European Journal of Political Research* 45 (6): 921-56.
- LELIEVELDT, Herman, e Sebastiaan Princen. 2021. *The Politics of the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOBO, Marina Costa. 2023. «Portugal: EU issue voting in mainstream and challenger parties». In Marina Costa Lobo (ed.). *The Impact of EU Politicisation on Voting Behaviour in Europe. Palgrave studies in European Union politics*. Cham: Palgrave Macmillan.
- MUDDE, Cas, e C. Rovira Kaltwasser. 2012. *Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?* Cambridge: Cambridge University Press.
- ROYO, Sebastián. 2007. «Lessons from the integration of Spain and Portugal to the EU». *PS: Political Science and Politics*, 40:4, 689-93.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. 2000. «The political basis of support for European integration». *European Union Politics*, 1 (2): 147-71.

TEPEROGLU, Eftichia, e Ana Maria Belchior. 2020. «Is “Old Southern Europe” still eurosceptic ? Determinants of mass attitudes before, during and after the Eurozone crisis». *South European Society and Politics*.

VASILOPOULOU, Sofia. 2023. «Parties and European integration». In N. Carter, D. Keith, G.M. Sindre e S. Vasilopoulou (eds.). *The Routledge Handbook of Political Parties*. Londres: Routledge.

## Barómetros da Fundação

Os Barómetros da Fundação visam auscultar uma amostra representativa da população portuguesa, procurando indagar a sua opinião sobre temas relevantes para a sociedade portuguesa. Os resultados são complementados por informação adicional que contextualiza e ajuda a interpretar os dados obtidos nos inquéritos.

Diretor de publicações — António Araújo  
*Head of research* — João Tiago Gaspar  
Título — Barómetro da Política Europeia  
Autoras — Ana Maria Belchior e Lea Heyne  
Consultor científico — Carlos Jalali  
Revisão de texto — GoodSpell  
Design e infografias — Guidesign

As análises, opiniões e conclusões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.